



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ – SR/DPF/PA

1.2 CNPJ – nº. 00.394.494/0030-70

1.3 Unidade Gestora de Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

1.4 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**1.5 Endereço: Av. Almirante Barroso, nº 4466, Sousa, CEP 66.613-905, Belém/PA,
Telefone: (91) 3214-8002, Fax: (91) 3214-0000, e-mail: gab.srpa@dpf.gov.br**

1.6 www.dpf.gov.br

1.7 LISTA DE UNIDADES CONSOLIDADAS

Gestão 200386–. TESOURO

Gestão 200387 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL

1.8 CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL:

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Pará, conhecida pela sigla SR/DPF/PA, tem como finalidade o cumprimento da missão institucional contida no art. 144 da Constituição, bem assim as normas da legislação infraconstitucional, mais precisamente as Leis 6.815/80, 8.863/94, 9.017/95, 9.437/97 e Decreto 73.332/73, sendo sua principal missão a de exercer a Polícia Judiciária da União, inclusive em matéria eleitoral. Ainda não existe a Lei Orgânica da Instituição e a ora vigente data de 1965. Encontram-se subordinadas a esta Unidade as Delegacias de Polícia Federal em SANTARÉM, MARABÁ, REDENÇÃO e ALTAMIRA; 01(um) Posto de Fiscalização Avançado do DPF em BARCARENA; além da BASE CANDIRÚ, situada na cidade de

Óbidos, tratando-se de um Posto Avançado do Projeto Fechamento da Amazônia, de fiscalização integrada com outros Órgãos de Fiscalização como IBAMA, a RECEITA FEDERAL e a RECEITA ESTADUAL. Faz-se mister destacar que a SR/DPF/PA é a única dotada de autonomia financeira.

Em sua área de circunscrição a SR/DPF/PA planeja, coordena e executa as atividades previstas nos diplomas legais referenciados em consonância com os atos normativos editados pelo Órgão Central sediado em Brasília

Competências:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e

VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

1.9 Decreto nº 5.834, de 06 de julho de 2006;

1.10 Atribuições Regimentais (Regimento Interno). Portaria nº 1.825,d e 13 de outubro de 2006 Publicada na seção 1 do DOU nº 198, de 16/10/2006:

2. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) PACTUADOS NOS PROGRAMAS SOB SUA GERÊNCIA, PREVISTOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, E DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS (PROJETOS OU ATIVIDADES) CONTIDAS NO SEU PLANO DE AÇÃO.

Esta Unidade Gestora não é responsável por Ações (projetos ou atividades) descritas no Plano Plurianual do Governo Federal, sendo a execução e monitoramento de responsabilidade das Unidades Centrais.

2.1 OBJETIVOS E METAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Cada Superintendência Regional do DPF estabelece metas anuais onde a Unidade define o que vai executar no exercício. Estas metas estão obrigatoriamente relacionadas às atribuições da Polícia Federal (Policiais), a melhoria institucional (Institucionais) e a melhoria das condições da atividade meio (Administrativas).

Segue abaixo a relação das metas desta SR:

METAS POLICIAIS

Meta 1: Implantar 01 (uma) Delegacia de Polícia Federal, nas cidades de: Altamira e Itaituba.

Objetivo/Finalidade: Extinguir a incidência de narcotráfico e outros delitos federais

Atingida: SIM NÃO

Obs. Atingida parcialmente com a implantação da DPF. Altamira.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 2: Incrementar as ações de combate ao tráfico interestadual e internacional de cocaína, e derivados dentro do Estado do Pará

Objetivo/Finalidade: Reprimir o tráfico de entorpecente é uma das principais atividades na Dpf

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 3: Implementar ações de combate ao tráfico interestadual de maconha dentro do Estado do Pará e destruição de plantações de maconha existentes no Estado.

Objetivo/Finalidade: Extinguir a maconha consumida no estado.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 4: Continuidade das ações de prevenção ao uso de drogas

Objetivo/Finalidade: Prevenir uso de drogas é uma forma importante de combate ao flagelo das drogas é atribuição constitucional do DPF, trazendo benefícios para a imagem do órgão.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficácia.

Meta 5: Fomentar as ações de interdição de drogas em portos, aeroportos, estradas e meio postal

Objetivo/ Finalidade: Os locais mencionados são pontos importantes de entrada regular de drogas neste estado.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 6: Incrementar as ações de inteligência policial na área de narcotráfico interestadual e internacional

Objetivo/ Finalidade: Essa é a melhor forma de forma de investigação, pois traz maiores resultados e permite a completa identificação das organizações criminais.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento:

Obs: Não informado

Meta 7: Implementar a repressão ao porte ilegal de armas por parte de vigilantes a serviço de empresas não autorizadas que atuam na atividade de segurança privada.

Objetivo/ Finalidade: reprimir o crime de porte ilegal de armas e, sobretudo, o crime de fornecimento de armas por parte da empresa de segurança clandestina.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 8: Incrementar ações de fiscalização periódicas nas empresas de segurança privada, bem como em instituições bancárias.

Objetivo/ Finalidade: Otimizar e melhorar a distribuição de serviços de fiscalização em empresas de segurança privada e bancos.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 9: Incrementar o serviço noturno de fiscalização em postos de serviço de vigilância.

Objetivo/ Finalidade: À noite, aumenta significativamente o número de postos de serviço de segurança privada.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 10: Consolidar o mapeamento e controle do armamento das empresas autorizadas a funcionarem no serviço de segurança privada.

Objetivo/ Finalidade: Otimizar o controle efetuado no sistema com repasse de informações.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 11: Intensificar a repressão ao contrabando e descaminho, notadamente de produtos oriundos do Suriname.

Objetivo/ Finalidade: Belém é um dos principais pontos de entrada de contrabando e descaminho no país, devido às condições geográficas.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Falta de NEPOM e/ou condições para navegação.

Meta 12: Intensificar as ações policiais periódicas nos portos e aeroportos alfandegados, com vistas à repressão ao descaminho de mercadorias.

Objetivo/ Finalidade: Otimizar a atuação da DELEFAZ no combate ao descaminho de mercadorias.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 13: Implementar ações policiais no combate a circulação de moeda falsa no Estado do Pará, em consonância com o resultado do mapeamento aludido no PMA - exercício 2000.

Objetivo/ Finalidade: Reprimir a circulação de moedas falsas no estado.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 14: Manter a performance das diligências policiais contra fraudes diversas na esfera de atribuições da DELEPREV.

Objetivo/ Finalidade: Otimizar os inquéritos policiais

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 15: Implementar a repressão aos crimes ambientais, principalmente no que tange ao patrimônio florestal brasileiro, em conjunto com o IBAMA/PA e FUNAI/PA no período de estiagem que vai, em tese, de maio até novembro.

Objetivo/ Finalidade: constituir ilícito penal, o fato é motivo de constantes protestos da comunidade internacional.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 16: Implementar a repressão às queimadas no Estado do Pará, bem como ao contrabando às espécimes da biodiversidade amazônica, crimes ambientais que vêm sendo praticados acintosamente, principalmente por estrangeiros, trazendo assim incalculáveis prejuízos à União.

Objetivo/ Finalidade: controlar o dano ambiental e a biodiversidade.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 17: Incrementar ações de repressão à prática de trabalho escravo em fazendas, neste estado Federado, principalmente nas regiões sul e sudeste do Pará, em conjunto com o GERTRAF/Ministério do Trabalho.

Objetivo/ Finalidade: Constituir ilícito penal, pois o fato é motivo constantes de protestos das instituições, empresa e das comunidades nacional e internacional.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Meta 18: Intensificar as operações de repressão ao contrabando de armas de fogo e munições que ocorrem em todo o Estado.

Objetivo/ Finalidade: Observar a grande quantidades de armas de calibres restritos em poder de assaltantes de bancos e supostos colecionadores, detectados em poder das milícias no sul do Pará.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 19: Intensificar a fiscalização de empresas que comercializam armas de fogo e munições que ocorrem em todo o Estado.

Objetivo/ Finalidade: Inibir a venda irregular de armas e acessórios por parte das empresas.

Atingida: SIM NÃO
Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 20: Intensificar as operações de desarmamento em todo Estado
Objetivo/ Finalidade: intensificar a segurança principalmente nas regiões sul e sudeste do estado, onde a violência atinge índices inaceitáveis.

Atingida: SIM NÃO
Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Meta 21: Cumprimento de Mandados de Prisão, expedidos pelas Justiças Federal, do Trabalho e outras.

Objetivo/ Finalidade: Cumprir todos os mandatos que encontra –se nesta SR.

Atingida: SIM NÃO
Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado.

Meta 22: Viabilizar através de convênios, o acesso a bancos de dados de instituições governamentais e não-governamentais.

Objetivo/ Finalidade: estabelecer acordos ou convênios com Receita Federal, Inss, Tse, Ter, Secretaria da fazenda, para termos acessos aos seus respectivos bancos de dados, obedecendo os direitos fundamentas e individuais de cada pessoa.

Atingida: SIM NÃO
Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 23: Intensificar o combate à exploração ilegal de recursos minerais e vegetais em terras indígenas.

Objetivo/ Finalidade: Elaborar planos de combate a invasões,subtração de madeiras garimpagem e plantação de maconha em áreas indígenas a noroeste do Pará, combater esse delitos ambientais na região amazônica paraense ,pois em decorrência de esta localizada em área dos aborígenes.

Atingida: SIM NÃO
Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Meta 24: Operações conjunta com infraero,Polícia Federal Rodoviária Federal,Órgãos Estaduais,etc, com vistas a repressão aos, crimes de tráfico de seres humanos.

Objetivo/ Finalidade: Incidir sobre o aliciamento de mulheres para prostituição no Suriname e Europa.

Atingida: SIM NÃO
Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Meta 25: Implementar a repressão na utilização de mão de obra estrangeira ilegal/irregular na capital e interior do Estado.

Objetivo/ Finalidade: Reprimir a desobediência a legislação pertinente a imigração.

Atingida: SIM NÃO
Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 26: Possibilitar a correta aplicação por parte de todos os policiais envolvidos na fiscalização do tráfego internacional sobre os procedimentos básicos adotados em caso de apoderamento ilícito de aeronaves e/ou ameaça de bomba.

Objetivo/Finalidade: prever a situação no plano de segurança do aeroporto de Belém e a necessidade de intervenção imediata do DPF.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 27: Implantar um cronograma de operações policiais para a cidade de Belém, voltado para a identificação, notificação e deportação de estrangeiros em situação ilegal no território nacional.

Objetivo/Finalidade: prever as diligências policia para efetivamente propiciam a constação da presença da policia federal no exercício de suas atividades de forma ostensiva.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 28: Realizar operações policiais na localidade de Vila do Conde, visando prevenir e reprimir ilícitos praticados dentro da área de competência da DELEMAF.

Objetivo/Finalidade: Mostra presença e adaptar-se a realidade da transferência do porto de Belém para o de vila do conde.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 29: Incrementar ações repressivas, visando inibir os ilícitos praticados a bordo de embarcações de bandeira estrangeira, nos portos de Belém e Vila do Conde.

Objetivo/Finalidade: reduzir a zero o índice de ilícitos praticados nos portos de Belém e Vila do Conde, evitando o trabalho de repressão do DPF.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 30: Executar missões em Altamira e Itaituba.

Objetivo/Finalidade: Executar os inquéritos e apoio a órgãos Federais tratando-se dois dos maiores municípios do mundo em extensão territorial.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 31: Executar missões conj, com IBAMA no Baixo Amazonas.

Objetivo/Finalidade: Fiscalizar o cumprimento da lei ambiental

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 32: Executar missões conjunto com o INCRA no Baixo Amazonas.

Objetivo/Finalidade: Necessidade da presença de policial no em áreas de conflito.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Obs: Não informado

Meta 33: Efetuar fiscalização periódica no Aeroporto local.

Objetivo/Finalidade: Combater ao tráfico de drogas ,contrabando,desencaminho, entrada e saída de estrangeiro.

Atingida: SIM NÃO

Obs: Não informado

Meta 34: Incrementar ações de fiscalização no setor de Vig. Privada no Baixo Amazonas.

Objetivo/Finalidade: Necessidade de alcançar toda área da circunscrição.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Obs: Não informado

Meta 35: Manter a comissão de Controle de Produtos Químicos em Santarém.

Objetivo/Finalidade: Necessidade na prevenção a Tráfico de Drogas.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Obs: Não informado

Meta 36: Manter o setor encarregado de investigação e combate ao crime organizado na DPF.B / MARABÁ.

Objetivo/Finalidade: Enriquecimento ilícito de várias pessoas na cidade e ação de grupos organizados praticando assaltos na área de circunscrição da Descentralizada.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Obs: Não informado

Meta 37: Restabelecer entendimentos com demais OI's da área.

Objetivo/Finalidade: Melhorar o relacionamento com os demais Órgãos de Inteligência da área.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 38: Cobrar demais Delegacias emissão de dados, em tempo hábil, sobre IPL's ou diligências, para elaboração de Prontuários.

Objetivo/Finalidade: Cobrar demais Delegacias emissão de dados, em tempo hábil, sobre IPL's ou diligências, para elaboração de Prontuários.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 39: Designar um servidor para fazer acompanhamento de crime organizado no Estado, mesmo aqueles que não são de competência do DPF.

Objetivo/Finalidade: Manter nossos bancos de dados e o CI/DPF atualizados, mesmo porque o crime organizado quase sempre está ligado ao tráfico de drogas.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 40: Estabelecer contatos com Órgãos, a exemplo das telefônicas, JUCEPA e TRE, para obtenção de dados.

Objetivo/Finalidade: Necessidade de atender pedidos das Delegacias e demais Superintendência.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 41: Expedir ofícios para Órgãos competentes, solicitando dados sobre trabalho escravo, prostituição infanto-juvenil e exploração do trabalho infantil.

Objetivo/Finalidade: Manter nossos bancos de dados e o CI/DPF atualizados.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 42: Interligação com sistemas de informações de outros órgãos.

Objetivo/Finalidade: Disponibilidade de dados técnicos em tempo real.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Obs: Não informado

Meta 43: Alteração do layout da SETEC/PA.

Objetivo/Finalidade: Acomodação de Peritos a serem lotados

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 44: Aquisição de viaturas especiais para perícia

Objetivo/Finalidade: Necessidades especiais da atividade pericial.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 45: Implantação do projeto CAPA – controle de abastecimento e pouso de aeronaves no âmbito da SR/PA, juntamente com o programa de aspiração de aeronaves suspeita de transporte de drogas.

Objetivo/Finalidade: Esses programas permitem o controle de pousos, decolagens e aspiração das aeronaves suspeitas de transporte de cocaína, sendo que esse meio é o principal para transporte de grandes quantidades da droga.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 46: Incremento das ações do programa de controle de precursores químicos destinados a elaboração de drogas.

Objetivo/Finalidade: O programa é uma das formas modernas de combate a produção de drogas, principalmente, cocaína e derivados.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Obs: Não informado

Meta 47: Atualização e capacitação dos servidores lotados na delegacia em métodos técnicas policiais ou não necessárias a seus misteres.

Objetivo/Finalidade: A atualização periódica dos policiais e administrativos em métodos e técnicas policiais ou não, clássicas e modernas é necessária para uma maior eficiência da delegacia.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 48: Dotar a delegacia com meios, equipamentos e pessoal necessários e adequados ao desempenho de suas missões policiais e administrativa.

Objetivo/Finalidade: É fundamental para que a delegacia desempenhe bem suas atribuições que tenha os meios necessários a esse fim.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

Meta 49: Desenvolver estudos com vistas à otimização da arrecadação das receitas de competência da DELESP/SR/DPF/PA.

Objetivo/Finalidade: É necessário manter a proporção de receita da DELESP/SR/DPF/PA, com o aumento do número de empresas de segurança privada e de serviço de segurança orgânica.

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência.

Atingida: SIM NÃO

METAS ADMINISTRATIVAS

Meta 1: Contratação para manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática.

Objetivo/Finalidade: Necessidade de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática, com o objetivo de manter o funcionamento dos mesmo de modo a não prejudicar o andamento dos serviços

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 2: Contratação para manutenção preventiva e corretiva na Central Telefônica.

Objetivo/Finalidade Manter a Central em funcionamento

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 3: Aquisição de equipamentos de telecomunicações..

Objetivo/Finalidade : Substituição dos equipamentos obsoletos para serem utilizados nas operações policiais.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 4: . Aquisição de Material de Consumo.

Objetivo/Finalidade : Compor Estoque

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 5: Aquisição de Material Permanente.

Objetivo/Finalidade : Necessidade de reaparelhamento, substituição de móveis velhos, compra de computadores, impressoras e etc.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 6: . Reforma e Ampliação do SETEC/PA: Criação de três novos laboratórios.

Objetivo/Finalidade : Adaptação de novos laboratórios para recebimento de equipamentos provenientes do PROMOTEC.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 7: 1-Aquisição de 01 Capela com sistema de exaustão e sistema hidráulico e 01 balança semi-analítica para o laboratório de análises químicas do SETEC/PA, 2-Aquisição de 16 licenças- Softwares para realização de perícias em informática (NUPINF).3-Aquisição de 04 Estações de Trabalho Pericial segundo especificações Técnicas do INC..

Objetivo/Finalidade : Adequação as necessidades técnicas existentes.

Atingida: [...] SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 8: Construção de Delegacia para sediar a DPF.B/Marabá/PA.

Objetivo/Finalidade : Ampliar a atuação da Polícia Federal na região.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 9: Construção da Delegacia para sediar a DPF.B/Santarém/PA.

Objetivo/Finalidade : Ampliar a atuação da Polícia Federal na região.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 10: Construção de uma Delegacia de Polícia Federal em ITAITUBA.

Objetivo/Finalidade : Combater os crimes de descaminho, tráfico de drogas e armas ilegais na região

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 11: Construção de um atracadouro para embarcações no sítio da DRE.

Objetivo/Finalidade : Necessidade de substituição do existente por se encontrar deteriorado e sem segurança.

Atingida: [...] SIM [x] NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 12: . Construção do muro do terreno do sítio da DRE

Objetivo/Finalidade : Maior segurança aos bens que ali se encontram.

Atingida: [...] SIM [x] NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 13: Construção de um Galpão para guarda de mercadorias apreendidas.

Objetivo/Finalidade : Evitar que as mercadorias apreendidas fiquem expostas no auditório ou nos corredores da SR/PA.

Atingida: [...] SIM [x] NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 14: . Reforma do Galpão existente na área cedida pela SUDAM

Objetivo/Finalidade : Adequar às necessidades da SR/PA

Atingida: [...] SIM [x] NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 15: . Corrigir a fundação estrutural do prédio sede da SR/PA

Objetivo/Finalidade : Necessidade de concretagem para evitar a erosão.

Atingida: [] SIM [x] NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 16: . Adquirir livros, manuais, coletâneas de assuntos de interesse da Corregedoria e da SR.

Objetivo/Finalidade : Oferecer suporte técnico para análises e pareceres.

Atingida: [] SIM [x] NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 17: Aquisição de ampla gama de dispositivos eletrônicos para exames.

Objetivo/Finalidade : Apoio técnico fundamental aos exames periciais.

Atingida: [] SIM [x] NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 18: Adaptação de 03 banheiros em 06 salas para atender as necessidades desta SR/PA e desativação da sala de máquina do ar condicionado central, adaptando-a em salas, haja vista, a necessidade de instalações para os novos servidores.

Objetivo/Finalidade : Necessidade de instalações para os novos servidores.

Atingida: [x] SIM (parcialmente) [] NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 19: . Aquisição de um caminhão traçado padrão Exército para a Nova Delegacia em Altamira.

Objetivo/Finalidade : Facilitar o deslocamento nas péssimas estradas que ligam o município de Altamira a localidades próximas ao município.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 20: Aquisição de motocicleta para uso na SR e descentralizadas.

Objetivo/Finalidade : Suprir as necessidades de um veículo para enfrentar em tempo hábil o trânsito de Belém., e localidades próximas ao município.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

METAS INSTITUCIONAIS

Meta 1: Estreitamento das relações institucionais dos servidores da SR com autoridades e empresas que auxiliam as atividades policiais

Objetivo/Finalidade: Essa atitude traz benefícios reais para as relações profissionais da SR, proporcionando uma maior eficiência nos trabalhos desenvolvidos.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 2: Solicitar à COGER instituir cursos de interesse do SC e SD.

Objetivo/Finalidade: Preparar servidores para atuarem em procedimentos disciplinares

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 3: Solicitar lotação de 1 psicólogo na SR/PA

Objetivo/Finalidade: Atender servidores que necessitem de atendimento destas especialidades.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 4: Proceder reuniões com servidores para orientá-los sobre normas disciplinares e ética profissional.

Objetivo/Finalidade: Tentar evitar a instauração de sindicâncias provocadas por situações de pouca importância.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 5: Consolidar a política de relacionamento com as entidades e sindicatos que representam as empresas e órgãos consumidores em geral do serviço de segurança privada e serviço orgânico de segurança, no sentido de esclarecer os cuidados necessários à contratação e implementação de referidos serviços

Objetivo/Finalidade: Necessidade de divulgar à população os cuidados necessários à contratação de empresa de segurança privada regularmente autorizada a funcionar

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 6: Consolidar o intercâmbio com a Receita Federal e a Junta Comercial do Estado do Pará visando à troca das informações

Objetivo/Finalidade : Tal intercâmbio faz-se necessário, principalmente, no combate a fraudes praticadas quando da constituição de empresas de segurança privada, bem como na repressão à prática da clandestinidade por parte dessas empresas

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 7: Promover mensalmente reuniões setorizadas, visando dotar o efetivo de uma mensagem de valorização do trabalho executado.

Objetivo/Finalidade: Resgatar no funcionário a consciência da importância de bem executar sua função

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 8: Exortar a manutenção de padrões de hierarquia e disciplina condizentes com o estatuto do policial federal

Objetivo/Finalidade: O servidor ciente de suas obrigações, evita desvios de conduta e tende a valorizar suas relações interpessoais.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 9: Divulgar na mídia as ações preventivas e repressivas efetivadas pela DELEMAF, assim como a eficiência no trato com o público dentro de sua área de atuação.

Objetivo/Finalidade: Demonstrar que o servidor do DPF, está qualificado com altíssimo padrão de qualidade.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 10: Manter o padrão de apresentação dos servidores lotados em áreas de atendimento de público

Objetivo/Finalidade: Apresentação do servidor por si só já causa uma boa impressão do órgão.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 11: Intensificar a política de relacionamento com o MPF e RF no sentido de obter a cooperação dos mesmos na apuração dos crimes de colarinho branco e desvios de verbas federais.

Objetivo/Finalidade: Necessidade de parceria na apuração dos delitos em tela, visto que a investigação dos mesmos atravessa obstáculos bancários, fiscais e judiciais, quanto à obtenção de informações essenciais.

Atingida: SIM NÃO

Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

Meta 12: Treinamento/reciclagem de policiais e administrativos

Objetivo/Finalidade: Melhorar a qualidade dos serviços prestados

Atingida: [x] SIM [] NÃO
Indicador utilizado para o acompanhamento: Eficiência

3. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES E OUTROS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA GERENCIAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E/OU DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS.

3.1 INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.3.1 Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas: Percentual de Execução de Metas

3.3.2 Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (Eficácia, Eficiência ou Efetividade): Eficiência

3.3.3 Fórmula de cálculo e método de medição: Cociente percentual da divisão da soma das metas atingidas pelo total das metas.

$$\begin{array}{l} \text{Eficiência=} \quad \frac{\text{Total de Metas Atingidas}}{\text{Total de Metas}} \quad \times 100 \\ \\ \text{Eficiência=} \quad \frac{3}{20} \quad \times 100 = 15\% \\ \text{Metas Adm.} \\ \\ \text{Eficiência=} \quad \frac{9}{12} \quad \times 100 = 75\% \\ \text{Metas Inst.} \\ \\ \text{Eficiência} \quad (\text{Não foi possível medir}) \\ \text{Metas Pol.} \end{array}$$

3.3.4 Responsável pelo cálculo/medição: Administradora/Chefe do SELOG/SR/DPF/PA.

4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 METAS POLICIAIS

Foi solicitada informação sobre as metas policiais atingidas e não atingidas às Delegacias competentes através do Memorando 41/2007-SELOG/SR/DPF/PA, mas não houve pronunciamento de algumas Delegacias, o que inviabilizou a avaliação dos resultados.

4.1.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR AS DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não foi possível medir.

4.2 METAS ADMINISTRATIVA

Meta 1: Contratação para manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto ao mês foi de R\$ 8.000,00.

Avaliação do não atingimento da meta:

A manutenção nos equipamentos de informática é realizada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/PA, diminuindo a necessidade de contratação de empresa para manutenção nos equipamentos de informática no ano de 2006.

Meta 2: Contratação para manutenção preventiva e corretiva na Central Telefônica.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto ao mês foi de R\$ 6.000,00.

Avaliação do não atingimento da meta:

O procedimento licitatório não iniciou devido à grande demanda de contratação de outros serviços considerados urgentes e o reduzido efetivo de servidores para atender a todas as demandas.

Meta 3: Aquisição de equipamentos de telecomunicações.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto da aquisição foi de R\$ 200.000,00

Avaliação do não atingimento da meta:

Não foi disponibilizado recurso financeiro para aquisição de materiais permanentes.

Meta 4: Aquisição de material de consumo

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor foi de ?

Avaliação do atingimento da meta:

Dotar a SR/PA de materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades meio e fim.

Meta 5: Aquisição de Material Permanente

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto

Avaliação do não atingimento da meta: Previsto na proposta orçamentária?

Meta 6: Reforma e Ampliação do SETEC/PA: Criação de três novos laboratórios.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto foi de R\$ 200.000,00

Avaliação do atingimento da meta: A meta foi atingida parcialmente, pois foram realizados somente serviços de reforma para o recebimentos dos equipamentos provenientes do PROMOTEC

Meta 7: Aquisição de 01 Capela com sistema de exaustão e sistema hidráulico e 01 balança semi-analítica para o laboratório de análises químicas do SETEC/PA, 2-Aquisição de 16 licenças- Softwares para realização de perícias em informática (NUPINF).3-Aquisição de 04 Estações de Trabalho Pericial segundo especificações Técnicas do INC..

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras:

Avaliação do não atingimento da meta:

A confecção do Termo de Referencia foi finalizado no final do ano e não houve tempo hábil para a realização da licitação.

Meta 8: Construção de prédio para sediar a DPF.B/Marabá/PA

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto no Plano de Metas foi R\$ 4.000.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Não foi disponibilizado a contento o recurso para a construção.

Meta 9: Construção da Delegacia para sediar a DPF.B/Santarém/PA.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto para a construção foi de R\$ 4.000.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Não foi disponibilizado a contento recurso para a construção.

Meta 10: Construção de uma Delegacia de Polícia Federal em ITAITUBA.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto foi de R\$ 3.000.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Falta a área para a construção

Meta 11: Construção de um atracadouro para embarcações no sítio da DRE.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto foi de 300.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Não disponibilidade de recurso.

Meta 12: Construção do muro do terreno do sítio da DRE

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto foi de R\$ 100.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Não disponibilidade de recurso.

Meta 13: Construção de um Galpão para guarda de mercadorias apreendidas

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto foi de R\$ 200.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: A Gerência de Patrimônio da União ainda não passou área para o patrimônio da Superintendência Regional

Meta 14: Reforma do Galpão existente na área cedida pela SUDAM

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: não estimado.

Avaliação do não atingimento da meta: Prejuízo à utilização da área..

Meta 15 Corrigir a fundação estrutural do prédio sede da SR/PA:

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto foi de R\$ 100.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Não disponibilidade de Recurso.

Meta 16: Adquirir livros, manuais, coletâneas de assuntos de interesse da Corregedoria e da SR.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor previsto ao mês foi de R\$ 20.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Não foi realizada licitação em tempo hábil, devido as demandas consideradas mais urgentes, o que tornou prejudicado o objetivo que é a atualização do conhecimento.

Meta 17: Aquisição de ampla gama de dispositivos eletrônicos para exames.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: Não informado

Avaliação do não atingimento da meta: Vários equipamentos foram adquiridos pelo Departamento de Polícia Federal em Brasília.

Meta 18: Adaptação de 03 banheiros em 06 salas para atender as necessidades desta SR/PA e desativação da sala de máquina do ar condicionado central, adaptando-a em salas, haja vista, a necessidade de instalações para os novos servidores.

Objetivo/Finalidade : Necessidade de instalações para os novos servidores.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: Não informado

Avaliação do não atingimento da meta: A meta não foi atingida na sua totalidade pois para desativarmos a sala de máquinas seria necessário a aquisição de ar condicionados para as salas da Superintendência, no qual não disponibilizado recurso para permanente.

Meta 19: Aquisição de um caminhão traçado padrão Exército para a Nova Delegacia em Altamira.

Indicador ou parâmetro utilização na análise: Eficiência

Metas físicas e financeiras: O valor foi estimado em R\$ 140.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Não informado

Meta 20: Aquisição de motocicleta para uso na SR e descentralizadas.

Indicador ou parâmetro utilização na análise:

Metas físicas e financeiras: Valor estimado em R\$ 130.000,00

Avaliação do não atingimento da meta: Impossibilidade de rápido deslocamento nas vias.

4.2.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR AS DISFUNÇÕES DETECTADAS

4.2.1.1 Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados: A Superintendência Regional enfrentou dificuldades em 2006 no tocante a falta de efetivo administrativo para atender a demanda na sua totalidade e a falta de recurso para aquisição de material permanente para equipar as Delegacias e Setores, a SR/PA e suas Descentralizadas ocupam prédios não condizentes com as suas reais necessidades, pois tanto o efetivo administrativo quanto o efetivo policial, precisam de meios para desempenhar as suas atividades mas para isso é necessário mais disponibilidade financeira para tocar suas ações e o aumento do efetivo administrativo para atender todas as demandas necessárias ao bom desempenho da atividade policial.

4.2.1.2 Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso: Disponibilidade a contento de Recursos Financeiros e realização de concurso público para a área meio do DPF.

4.2.1.3 Responsáveis pela implementação das medidas: Departamento de Polícia Federal/DF

4.3 METAS INSTITUCIONAL

Foi solicitada informação sobre as metas policiais atingidas e não atingidas às Delegacias competentes através do Memorando 41/2007-SELOG/SR/DPF/PA, mas não houve pronunciamento de algumas Delegacias, o que inviabilizou a avaliação dos resultados.

4.3.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR AS DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não foi possível medir.

5. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS):

Não houve transferência de recursos de convênio no período.

6. PROJETOS E PROGRAMAS FINCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS:

Não houve no período.

8. PESSOAL

Quantitativo de Pessoal discriminado por cargo:

Unidade central e descentralizadas até Dezembro/2006

	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	MED	ADM	AADM	DAT	OUT *	TOTAL
SR/PA	27	18	26	114	09	03	01	51	10	15	274
MARABÁ	03	-	04	23	01	-	-	03	-	04	38
SANTARÉM	04	-	03	18	-	-	-	03	02	10	40
ALTAMIRA	03	-	03	12	-	-	-	-	-	-	18
REDENÇÃ	02	-	02	15	-	-	-	-	-	-	19

Área Fim	Área Meio	Servidores Efetivos	Estagiários		terceirizados
			N. Médio	N.Superior	
287	102	378	24	33	00

DPF-Delegado de Polícia Federal, PCF-Perito Criminal Federal, EPF-Escrivão de Polícia Federal, PPF- Papiloscopista Policial Federal, MED-Médico, ADM-Administrador, AADM-Agente Administrativo, DAT-Datilógrafo.

* OUT (Outros) Assistente Social, Motorista Oficial, Tec. Contabilidade, Agente de Vigilância, Agente de Atividade Agropecuária, Agente Operacional de Serviços Diversos e Agente de Telecomunicação e Eletricidade.

Quantidade de cargos comissionados:

Unidade central e descentralizada / Área meio/fim

SR/PA		DPF/MBA		DPF/SNM		DPF/ATM		DPF/RDO	
Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim
05	21	-	01	-	01	-	-	-	01

Quantitativo de pessoal cedido e requisitado.

- Havia 01 (Um) servidor cedido para a Presidência da República até o mês de Novembro/2006
- Não há pendência de valores

Encaminhamento ao Órgão de Controle Interno sobre concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento relativo ao exercício sobre as contas, nos termos do Art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.

-
O encaminhamento dos processos de aposentadoria, pensão, admissão e desligamento de servidores, são efetuados pelo Serviço de Aposentadorias e Pensões - SEAP/CRH/DGP/DPF, através do SISAC.

9. APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS SOBRE A GESTÃO.

Nº do processo	Fato denunciado (não incluir nomes)	Providências adotadas

Obs. Não houve denúncias no período.

10. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Listar todas as providências adotadas para o cumprimento das determinações recebidas pela UG pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o exercício em questão ou as justificativas para o caso de não cumprimento.

Nº do Documento	Determinação	Providências adotadas ou Justificativa para o não cumprimento

Obs. Não houve determinações por parte do TCU.

Listar todas as providências adotadas para o cumprimento das determinações recebidas pela UG Controladoria-Geral da União (CGU) para o exercício em questão.

Plano de Providências.

1. Relatório nº: 174757/2005

1.1 Item do Relatório: 4.2.1.26 – Classificação Contábil Incorreta.

1.2 Recomendação: Recomenda-se a correta apropriação contábil da despesa no âmbito do Plano de Contas, de acordo com o objeto/finalidade do gasto.

1.3 Providências Adotadas: Recomendação implementada.

2. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório: 4.2.1.27 – Apropriação de despesas incompatíveis com a classificação da despesa constante na Nota de Empenho.

Recomendação: Recomenda-se a utilização da classificação da despesa adequada para o objeto do gasto, respeitando os detalhamentos insculpidos na Portaria STN/MF Nº.448, de 13 de setembro de 2002.

Providências Adotadas: Concordamos com a recomendação da Equipe de Auditoria uma vez que ocorreu equívoco no preenchimento. Adotamos procedimentos revisionais para que erros dessa natureza não ocorram novamente.

3. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório: 5.1.2.24 - CONSTATAÇÃO: Realização de Despesas com Suprimento de Fundos de caráter secreto ou reservado não compatíveis com a finalidade precípua do gasto.

Recomendação: Recomenda-se que não sejam admitidas, no âmbito da prestação de contas dos PCS de verba secreta ou sigilosa, as despesas que não estejam vinculadas às atividades precipuamente policiais, salvo justificativa plausível, que deverá constar do processo de prestação de contas.

Providências adotadas:

Os supridos estão recebendo treinamento específico para não incorrerem em impropriedades. Também estamos recomendando aos supridos observarem a IN 09 na condução dos gastos deste tipo de suprimento / VS e solicitamos justificativas quando houver incompatibilidade com a finalidade do gasto.

4. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 5.1.2.25 - CONSTATAÇÃO: Ausência de identificação dos veículos abastecidos com recursos de suprimento de fundos.

Recomendação: Recomenda-se que seja discriminados os veículos abastecidos nas notas fiscais de aquisição de combustível, com vistas a apuração dos custos envolvidos e registro no Mapa de Veículos Oficiais da SR/DPF/PA.

Providências adotadas: Recomendamos aos supridos discriminarem nas notas fiscais, o veículo que está sendo abastecido.

5. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 5.3.3.17 - CONSTATAÇÃO: Realização de pagamentos contratuais sem a devida comprovação da regularidade fiscal do fornecedor.

Recomendação: Recomenda-se que a cada pagamento se proceda a verificação da regularidade fiscal do fornecedor por meio de consulta on-line ao SICAF e que se faça constar o resultado da pesquisa na documentação referente ao pagamento.

Providências adotadas:

Atualmente todos os pagamentos só são efetuados mediante consulta prévia da regularidade fiscal do fornecedor.

6. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 5.3.3.18 - CONSTATAÇÃO: Ausência de identificação clara e suficiente dos servidores que efetuam atesto em documentos fiscais.

Recomendação:

Recomenda-se que se proceda a identificação clara e suficiente dos servidores que efetuem atesto em notas fiscais, por meio de carimbo discriminando nome, cargo/função e matrícula do servidor. Recomenda-se, ainda, que o atesto seja datado de maneira tempestiva, não se podendo admitir, em especial no âmbito dos Processos de Concessão de Suprimento de Fundos, o atesto com data muito distante da emissão da nota fiscal.

Providências adotadas:

Atualmente as prestações de contas dos supridos só são aceitas quando da observação dos atestos nas notas fiscais. Caso contrário, devolvemos para que providencie os respectivos atestos.

7. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 6.3.1.7 - CONSTATAÇÃO: Irregularidade nas operações de baixa de bens móveis por doação.

Recomendação:

Recomenda-se à Administração que quando da realização da baixa de bens providencie a avaliação dos bens pela Comissão Permanente de Alienação de Bens Móveis, formalizando o devido processo administrativo.

Providências adotadas:

Já foi solicitada e recomendada à Comissão Permanente de Alienação de Bens Móveis que obrigatoriamente proceda à avaliação dos bens nos processos de doações.

7. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 6.3.3.17 - CONSTATAÇÃO: Deficiência nos controles dos veículos oficiais da Unidade.

Recomendação:

Recomenda-se a Unidade que:

- a) Proceda ao preenchimento adequadamente as Fichas de Controle de Viaturas, com a colocação do carimbo dos servidores responsáveis pela autorização de saída e pela utilização das viaturas, e com a devida identificação do destino ou do número da ordem de missão.
- b) Proceda ao registro tempestivo dos dados dos veículos da Unidade no Mapa Anual de Controle de Veículos Oficiais, em conformidade com o disposto na IN MARE n.º 09/94.

Providências adotadas: Acompanhamento sistemático junto ao Setor de Transportes, assim como a confecção de um novo modelo de ficha de autorização para utilização de veículos.

8. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório de Auditoria 7.3.2.14 - CONSTATAÇÃO: Pagamentos de diárias com desconto incorreto do auxílio alimentação.

Recomendação:

Recomenda-se que seja efetuado o levantamento e conseqüente recolhimento dos valores pagos a maior aos servidores da Unidade nas Propostas de Concessão de Diárias emitidas com desconto incorreto do auxílio alimentação, durante o exercício de 2005.

Providências adotadas: O levantamento está em curso. Assim que tivermos concluído, faremos o recolhimento..

9. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 7.3.2.15 - CONSTATAÇÃO: Improriedades nos processos de concessão de diárias.

Recomendação:

Recomenda-se à Unidade o que segue:

a) Instituir mecanismos efetivos de cobrança dos bilhetes de passagens aéreas dos servidores, os quais devem estar arquivados junto às suas respectivas PCD nos termos da Portaria MPOG n.º 98/2003.

b) Efetuar o recolhimento dos valores pagos indevidamente a título de 0,5 diária para o município de Barcarena, pertencente à microrregião de Belém/PA, tendo em vista a vedação contida no § 3º do artigo 58 da Lei n.º 8.112/90.

c) Justificar expressamente os deslocamentos ocorridos nos finais de semana e feriados, quando a natureza da missão não exigir o sigilo dessa informação, com vistas a cumprir o disposto no artigo 3º do Decreto n.º 343/91.

Providências adotadas:

a) Já foi transmitido aos servidores que os mesmos, obrigatoriamente, deverão devolver os bilhetes de passagem quando do retorno das viagens.

b) Os servidores já efetuaram o recolhimento dos valores.

c) Todos os deslocamentos nos fins de semana e feriados estão sendo devidamente justificados.

10. Relatório n.º: 174757/2005

Item do Relatório 7.3.3.12 - CONSTATAÇÃO: Improriedades nos processos de ajuda de custo.

Recomendação:

Diante do exposto, recomenda-se a Unidade o que segue:

a) Exigir a comprovação de deslocamento dos dependentes dos servidores que receberam ajuda de custo, inclusive daqueles que dispensaram o recebimento de passagens aéreas, e providenciar o recolhimento ao erário dos que não comprovarem o efetivo deslocamento dos dependentes, de forma a atender o disposto no inciso I do art. 7º do Decreto n.º 4004/2001.

b) Instruir os processos de ajuda de custo com os documentos que comprovem a situação descrita no art. 5º, § 1º, II do Decreto n.º 4.004/01, quanto aos dependentes considerados para fins de pagamento da ajuda de custo.

Providências adotadas:

As pendências referente as comprovações de deslocamentos dos beneficiários de ajuda de custos, foram saneadas com a apresentação dos comprovantes e acostadas nos respectivos processos, exceto as comprovações dos dependentes do servidor de matrícula Siape n.º. 175760 – APF Uilses José Tavares, que foi notificado pelo SRH/PA, sobre a devolução ao erário em seu contracheque dos valores recebidos indevidamente a título de ajuda de custo.

11. Relatório n.º: 174757/2005

Item do Relatório 8.1.1.13 - CONSTATAÇÃO: Licitação de Serviço de manutenção naval sem definição de orçamento detalhado em planilhas que expressem os custos unitários.

Recomendação: Recomendou-se que no âmbito dos processos licitatórios se proceda a elaboração de orçamento detalhado em planilhas que expressem os custos unitários do objeto licitado, em conformidade com o art. 7º, § 2º, II da Lei n.º 8.666/93.

Providências adotadas:

Nas atuais licitações já atendemos à recomendação emitida.

12. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.1.1.14 - CONSTATAÇÃO: Ausência de identificação do Pregoeiro e da equipe de apoio no texto editalício do Pregão nº 001/2005.

Recomendação:

Recomenda-se que nos editais de licitações futuros haja definição expressa dos servidores que conduzirão todo o procedimento licitatório, bem como, que os responsáveis pelos processos licitatórios tenham os seus nomes inscritos no Rol de Responsáveis da Unidade Jurisdicionada.

Providências adotadas:

O primeiro procedimento foi formar novos Pregoeiros e em seguida foi baixada portaria dos mesmos. Atualmente, em todos os nossos processos licitatórios consta a identificação do respectivo Pregoeiro.

13. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.1.1.15 - CONSTATAÇÃO: Emissão de empenho sem comprovação da regularidade fiscal do fornecedor.

Recomendação:

Recomendou-se que seja apurada a regularidade fiscal junto ao INSS, FGTS e Fazenda Nacional através de consulta on-line ao SICAF como condição prévia para emissão de empenho e realização de pagamento, fazendo-se constar nos autos dos processos de contratação direta os devidos comprovantes de regularidade, bem como que sejam aperfeiçoados os mecanismos de controle existentes com o fito de alcançar uma maior efetividade.

Providências adotadas: Só autorizamos o processo de compra direta mediante a comprovação da regularidade fiscal do fornecedor.

14. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório de Auditoria:8.1.1.16 - CONSTATAÇÃO: Compra mediante dispensa de licitação sem a adequada caracterização do objeto.

Recomendação:

Recomenda-se que nas compras futuras o objeto seja caracterizado devidamente, com clareza e rigor técnicos, respeitando-se o art.14 da Lei 8.666/93.

Providências adotadas:

A recomendação foi atendida. Atualmente, as nossas dispensas de licitação estão com seus objetos bem caracterizados. Processo sem a adequada caracterização de objeto não é autorizado.

15. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.1.1.17 - CONSTATAÇÃO: Improriedades quanto à formalização dos processos de dispensa de licitação.

Recomendação: Recomenda-se o cumprimento do que estabelece o art. 26, parágrafo único c/c art. 38, caput, ambos da Lei 8.666/93.

Providências adotadas:

Os executores dos processos de aquisição por dispensa de licitação estão sendo constantemente enviados para treinamento ou curso de atualização.

16. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.1.1.18 - CONSTATAÇÃO: Erro no fundamento legal utilizado em processos de dispensa de licitação.

Recomendação:

Recomenda-se atenção ao fundamento legal utilizado nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Providências adotadas:

Os executores dos processos de aquisição por dispensa de licitação estão sendo constantemente enviados para treinamento ou curso de atualização.

17. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.1.3.7 - CONSTATAÇÃO: Ocorrência de Fracionamento de Despesas.

Recomendação: Recomenda-se que seja realizado o devido planejamento anual quanto aos bens que deverão ser adquiridos ao longo do exercício financeiro, em respeito ao princípio da anualidade do orçamento, e que se proceda ao devido enquadramento da despesa pelo seu total na modalidade de licitação cabível nos termos da Lei nº 8.666/93, deflagrando-se o competente certame licitatório.

Providências adotadas:

Levantamento e acompanhamento das necessidades da SR/DPF/PA, a fim de diminuir ao máximo os processos de aquisições por dispensa de licitação e conseqüentemente, não incorrer em fracionamento de despesas.

18. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.1.5.9 - CONSTATAÇÃO: Falta de apuração de responsabilidade pela adjudicação da proposta com o segundo menor preço na contratação de empresa para fornecimento de combustíveis às viaturas da Unidade.

Recomendação: Reitera-se a recomendação para que seja providenciada a apuração de responsabilidade quanto a contratação da segunda empresa vencedora, tendo em vista o prejuízo informado, instaurando-se, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial.

Providências adotadas: Constituiremos Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar.

19. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.1.5.10 - CONSTATAÇÃO: Irregularidades/Impropriedades no âmbito do Pregão nº 006/2004.

Recomendação: Foi recomendado à Unidade que se instaure o competente processo administrativo com vistas a anulação do Pregão 006/2004 e do conseqüente contrato, bem como, se proceda a apuração de responsabilidades, em face das irregularidades constatadas.

Providências adotadas:

Constituiremos Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

20. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.2.1.18 - CONSTATAÇÃO: Publicação intempestiva dos Extratos do 1º e 2º Termos Aditivos ao Contrato Administrativo 006/2004-SR/DPF/PA.

Recomendação: Recomendou-se que se atente para os prazos legais referentes a publicidade dos contratos celebrados pela SR/DPF/PA, fazendo-se a publicação tempestiva dos mesmos.

Providência adotada: Constituir uma equipe ou setor de contratos, com atribuição de acompanhar e gerir todos os contratos, desde a redação do contrato até suas publicações, vencimentos, prorrogações, etc.

21. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.2.1.19 - CONSTATAÇÃO: Ausência de consulta prévia ao CADIN quando da celebração de Contratos Administrativos.

Recomendação: Foi recomendado à Unidade que se proceda a consulta prévia ao CADIN quando da celebração de contratos, nos termos do art. 6º, III da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Providências adotadas:

Recomendação aceita e já observada nos novos Contratos Administrativos, pois atualmente, antes da assinatura do contrato está sendo feita a consulta ao CADIN. A recomendação restou prejudicada em função da revogação do Decreto que regulamentou o CADIN no âmbito da Administração Pública.

22. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.2.2.20 - CONSTATAÇÃO: Locação de Imóveis sem avaliação prévia.

Recomendação: Recomendou-se a imediata regularização dos contratos de locação em execução, em face dos ditames da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo à necessária continuidade dos serviços. Recomendou-se ainda que seja designado servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados, nos termos do art.67 da Lei nº 8.666/93.

Providências adotadas:Todas as novas locações de imóveis foram precedidas de processo de avaliação executada pela Caixa Econômica Federal.

23. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.2.6.20 - CONSTATAÇÃO: Pagamento de Serviços continuados sem realização de licitação e celebração de contrato.

Recomendação: Recomendou-se a realização do devido processo licitatório, na forma da lei, bem como a celebração de contrato administrativo para a prestação dos serviços mencionados.

Providências adotadas:

Foram canceladas duas de três linhas celulares, conforme Ofício nº. 118/2006-SRA/SR/DPF/PA e estamos providenciando o cancelamento da restante.

24. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.2.6.21 - CONSTATAÇÃO: Locação de veículos por prazo certo com pagamento por período superior ao avençado sem a celebração de contrato e sem prévio empenho.

Recomendação: Recomendou-se que, em situações futuras, seja providenciado o devido contrato, bem como que seja designado servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do mesmo, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93. Quanto à formalização dos processos de dispensa de licitação recomendou-se que seja respeitado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Providências adotadas:

Não houve, até esta data, nenhum outro processo de locação de veículo. Caso venha a acontecer, obedeceremos à recomendação acima.

25. Relatório nº: 174757/2005

Item do Relatório 8.2.6.22 - CONSTATAÇÃO: Improriedades na contratação direta de obra.

Recomendação: Foi recomendado que para a contratação de obras e serviços (no que couber) sejam atendidos, em especial, os seguintes dispositivos legais: arts. 7º, 8º, 62, 67 e 73 da Lei 8.666/93, art. 1º da Lei 6.496/77, art. 1º da Lei 6.839/80 e art. 22, § 1º da Lei nº 9.784/99.

Providências adotadas:

- a) Encaminhar todos os processos licitatórios para análise e parecer da Assessoria Jurídica;
- b) Obedecer a todos os procedimentos legais impostos a este tipo de contratação, assim como, no caso de dúvidas, fazer consultas a outros órgãos ou à Comunidade SIASG.

26. Relatório nº: 174757/2005

Item do 8.2.7.6 - CONSTATAÇÃO: Ausência de Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo decorrente da prestação do serviço de manutenção das lanchas da SR/DPF/PA.

Recomendação: Recomendou-se que no recebimento de obras e serviços se atente para a disposição expressa no art. 73, I, b da Lei nº 8.666/93.

Providências adotadas: Já foi implementada a obrigatoriedade do Termo de Recebimento de quaisquer bens destinados ou adquiridos pela SR/DPF/PA. Foi providenciado o Termo de Circunstanciado de Recebimento Definitivo dos serviços realizados nas lanchas da SR/PA.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

QUADRO DE OPERAÇÕES/ATIVIDADES

Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE
Contábil Econômico Financeiro	22
Arma e Balística	2
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	557
Merceológico	12
Entorpecentes e Psicotropicos, Laboratório (Explosivos e Outros)	239
Exames técnicos em obras	122
Perícias de Audiovisual e eletroeletrônicos	34
Local de Crime	27
Perícia de Informática	122
Perícias de Meio ambiental	4
Perícias de veículos	25
Total	573

Delegacia Regional Executiva – DREX: Não Informado

Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG

1 – Atividades desenvolvidas:

1.1 – DELEMIG/SR/DPF/PA: coordena os serviços de expedição de passaportes (GPV – Grupo de Passaportes e Visto), de registro de estrangeiros (GRE – Grupo de Registro de Estrangeiros) e da fiscalização do tráfego internacional (GFTI – Grupo de Fiscalização do Tráfego Internacional) no Aeroporto de Belém e nos Portos de Belém e Vila do Conde, este último localizado no município de Barcarena/PA. Nos meses de janeiro a dezembro do ano de 2006, esta especializada desenvolveu suas atividades conforme descrevemos a seguir:

GPV

ÍNDICES	QUANTIDADE
Passaporte comum expedido	12.293
Passaporte com taxa dobrada	639
Passaporte brasileiro para estrangeiro	01
Laissez-Passer expedido	06
Passaporte extraviado	435
Passaporte inutilizado	231
Passaporte cancelado	4.361
Passaporte furtado/Roubado	196
Passaporte recuperado	13
Passaporte de criança adotada	03

TOTAL I - Receita proveniente código 001-9 : R\$ 1.160.578,27

GRE - O Grupo de Registros de Estrangeiros - DELEMIG/SR/DPF/PA, desenvolveu nos presentes meses suas atividades conforme descrevemos:

ÍNDICES	QUANTIDADE
Registro de estrangeiro permanente	123
Registro de estrangeiro temporário	214
Restabelecimento de Registro	67
Atualização de endereço	49
Transformação de visto	19
Prorrogação de estada de turista	288
Prorrogação de prazo de estada de temporário	91
1ª via de Carteira de estrangeiros emitidas	342
2ª via de carteira de estrangeiro emitidas	34
Substituição de carteira	716
Extravio de Identidade de Estrangeiro	---
Pedido de permanência	88
Retificação de Assentamento	01

Recadastramento Extemporâneo	06
Pedido de naturalização	13
Pedido de Igualdade de Direito	01
Cancelamento de registro por óbito	01
Pedido de reunião familiar	08
Recadastramento 1996	02
Pedido de republicação de permanência	---
Estrangeiros autuados	116
Estrangeiros notificados a deixar o país	32
Multas recolhidas por pessoa física	44
Multas Reconsideradas de Pessoa Física	17

TOTAL II - Receita proveniente GRU cód. diversos : R\$ 121.848,24

GFTI – Nos meses de janeiro a dezembro houve navios mercantes, aumentando a solicitação do efetivo do GFTI.

A grande movimentação de embarcações em Barcarena/Vila do Conde reforça a idéia do aumento do contingente para o posto do DPF naquela localidade.

O grupo também atuou no combate a facilitação à prostituição em área portuária.

Entrada de estrangeiros	14.456
Saída de estrangeiros	15.273
Entrada de brasileiros	11.182
Saída de brasileiros	12.081
Entrada e Saída de Aeronaves	791/828
Embarcações fiscalizadas recolhido - GRU	688
Estrangeiros autuados	119
Estrangeiros notificados a deixar o país	36
Notificações cumpridas	14
Multas recolhidas por pessoa física - GRU	48
Multas (EMP. TRANSP. INTERN. MARÍTIMO)	10
Cadastramento de empresas de Transporte Internacional Marítimo	---
Impedimento de Embarque	---
Impedimento de Desembarque	09
Traslado de cadáver	01
Documento de viagem brasileiro arrecadado	606
Armas entregues à tripulação	507
Autorização de Viagem para menores	802
Brasileiros deportados	427
Ocorrência Ilícito Aeroporto de Belém	03

TOTAL III - Receita proveniente GRU ref. GFTI : R\$ 384.154,58

NÚCLEO DE OPERAÇÕES – O Núcleo de Operações da DELEMIG/SR/PA, nos meses de janeiro a dezembro/2006, deu cumprimento a diversos expedientes, investigou os estrangeiros suspeitos de cometimento de infrações administrativas e criminais, além de realizar sindicância nos processos de permanência em curso; atuou em missões de apoio a solicitações de outras descentralizadas, sendo relatados e instruídos:

Processo/Sindicâncias de Permanência	139
Processo/sindicância de Naturalização	16

GABINETE DA DELEGACIA – Responsável pela coordenação dos serviços, atuou nos seguintes aspectos: todos os IPE's pendentes foram relatados e encaminhados para a DPREC/CGPI.

Inquérito de Expulsão instaurado	05
Inquérito de Expulsão relatado	02
Ordens de Missão expedidas	135
Relatórios de missão apresentados	86
Deportações efetuadas	01
Repatriações efetivadas	77
Expulsão Efetivada	01

GCAD - Atuou no recebimento e distribuição de documentação endereçada a DELEMIG/SR/PA, assim como encaminhamento de solicitação de serviços a cargo desta especializada.

Total – JAN. A DEZ./2006: R\$ 1.666.581,09

Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV

TABELA ESTATÍSTICA	
Inquéritos policiais instaurados – Crimes Previdenciários	239
Inquéritos policiais relatados – Crimes Previdenciários	142
Inquéritos policiais em andamento	435
Mandados de busca obtidos	79
Mandados de busca cumpridos	79
Prisões em flagrante – Crimes Previdenciários	12
Mandados de prisão temporária cumpridos	35
Mandados de prisão preventiva cumpridos	-
Mandados de prisão em aberto	-
Mandados de condução coercitiva	-
Autos de apreensão	79

Bens imóveis apreendidos	-
Bens móveis apreendidos – Automóveis e Lanchas	45
Valor aproximado de prejuízo à Previdência Social	R\$ 11,3 mi*

* O valor aproximado de 11,3 milhões de reais foi extraído das NFLDs lavradas pela Receita Previdenciária contra as empresas investigadas durante a Operação Rêmore.

Abaixo, passamos a resumir os trabalhos de maior relevo desenvolvidos por esta Delegacia.

MARÇO

1. DELEPREV – Cumpridos dois Mandados de Busca e Apreensão expedidos pela 3ª Vara Federal de Belém/PA, na sede dos Correios em São Caetano de Odivelas/PA e na residência do senhor ADINAELSON VERA CRUZ, vereador no referido Município e servidor da EBCT. O IPL apurou o recebimento de benefícios previdenciários de pessoas já falecidas pelo referido servidor. 3 servidores da EBCT foram indiciados e respondem ação penal, com denúncia recebida em 7/7/2006.

2. DELEPREV – Cumpridos oito Mandados de Busca e Apreensão e seis Mandados de Prisão Preventiva, deferidos pela Justiça Federal, contra 5 pessoas. As prisões decorreram de investigação da DELEPREV, objetivando desarticular quadrilha especializada em forjar empréstimos de beneficiários do INSS. Os envolvidos foram indiciados e respondem ação penal.

3. DELEPREV - OPERAÇÃO BLITZ – Cumpridos 07 Mandados de Busca e Apreensão em imóveis ligados à empresa BLITZ SEGURANÇA, expedidos pela 3ª Vara Federal em Belém/PA, nos autos do Processo: 2005.9976-9. A ação policial foi decorrente da Operação Caronte, deflagrada em 2005.

ABRIL

4. OPERAÇÃO GALILÉIA - Deflagrada operação policial da SR/DPF/PA, com apoio das SR'S MA, CE, PE, PB, RN, BA e AL e demais delegacias do interior do Pará, envolvendo cerca de 250 policiais, dando cumprimento a 19 Mandados de Prisões (18 em Belém/PA e 01 em São Paulo/SP) e 53 Mandados de Busca e Apreensão em residências e estabelecimentos comerciais. O IPL instaurado pela SR/DPF/PA objetiva apurar ocorrência de fraudes em licitações realizada pela CDP (Companhia Docas do Pará, em presa vinculada ao Ministério dos Transportes). Na operação foram presos, dentre outros, o ex-presidente da CDP e ex-senador do Pará ADEMIR ANDRADE e o atual presidente da CDP, ERICSON ALEXANDRE R. BARBOSA. O conhecimento de inteligência policial produzido ajudou nos trabalhos da Operação Rêmore, haja vista empresas já investigadas em outros inquéritos em trâmite na Deleprev também se encontrarem envolvidas em fraudes em diversos órgãos públicos.

NOVEMBRO

5. OPERAÇÃO RÊMORA: A Operação resultou em 10 mandados de prisão temporária cumpridos e 26 mandados de busca. A ação, decorrente da Operação Caronte em 2005, verificou que o grupo de empresas investigadas desenvolvia grande esquema de sonegação previdenciária, além de frustrar a satisfação das dívidas para com a Receita Previdenciária com a utilização de laranjas e empresas fantasmas. Os representantes das empresas investigadas também se utilizavam de imensa rede de tráfico de influência para celebrar contratos com órgãos públicos.

Por último, informo que os dados contidos neste relatório é resultado do trabalho de 4 delegados responsáveis pelo andamento de inquéritos de natureza previdenciária, sendo 2 DPFs, 4 APFs e 2 EPFs efetivamente lotados nesta Deleprev.

Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ

a) Operação Piriá - realizada na Reserva Indígena do Alto Rio Guamá, no município de Cachoeira do Piriá, em conjunto com a FUNAI, Polícia Militar e Exército Brasileiro, na qual foram queimados aproximadamente 30.000 (trinta mil) pés de maconha e indiciado também um indivíduo que havia praticado crime ambiental (abate de diversos animais silvestres, como macacos, tatus, veados etc.)

b) Operação Boneco de Pano - foram cumpridos pela DELEFAZ/SR/DPF/PA/SR/DPF/PA os mandados de prisão e de busca e apreensão relativos a esta operação, desencadeada em vários estados da Federação de maneira conjunta.

c) Operação Azahar - foi cumprido pela DELEFAZ/SR/DPF/PA o mandado de busca e apreensão relativo a esta Operação, deflagrada em 11 estados da federação e em mais de 10 (dez) países conjuntamente.

d) Operação Chance para Todos XVIII - foi realizada no mês de novembro/2006 em alguns municípios do interior do Pará esta Operação, em conjunto com a Marinha do Brasil, visando ao cumprimento de decisões judiciais, à repressão de ilícitos como contrabando, descaminho e crimes ambientais e ao atendimento da população carente com assistência médica e odontológica (por parte da Marinha).

e) Operação Control Alt Del - foi planejada e deflagrada no dia 07/12/2006, sob a coordenação da DELEFAZ/SR/DPF/PA, visando a repressão de crimes cibernéticos e de estelionato via telefone, a Operação Control Alt Del, na qual foram expedidos 48 (quarenta e oito) mandados de prisão e 53 (cinquenta e três) mandados de busca e apreensão em seis Estados da Federação.

Além destas Operações de maior vulto, também houve a participação nas Operações de combate a rádios clandestinas no na capital e no interior do Estado. Também foram feitas investigações visando a repressão de moeda falsa, culminando com a apreensão de uma maleta contendo petrechos para a falsificação de moeda e com a realização de diligências, que redundaram na interceptação de uma correspondência contendo mais de 40 (quarenta) notas enviadas para Belém do município de Ponta Porã/MS.

Também foram instaurados e relatados inúmeros Inquéritos, feitas Diligências Pessoais, oitivas, participação de reuniões com órgãos públicos (Receita Federal, Controladoria Geral da União, Marinha, Exército Brasileiro).

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

Delegacia de Defesa Institucional - DELINST

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Segurança de Dignitários	11
Proteção de testemunhas ameaçadas	03
Registros de arma expedidos	116
Portes de arma expedidos	13

JANEIRO / 2006

01 - TRABALHO ESCRAVO- DELINST - Liberação de 59 trabalhadores em regime análogo ao de escravo em duas fazendas de Rondon do Pará, denominadas Brasília e Esplanada, dos quais, um menor e três mulheres. Na ocasião, foi preso o gato de prenome SEBASTIÃO, conhecido por TIÃO, por porte ilegal de arma, posto que portava uma espingarda calibre 20. O gato foi encaminhado á Polícia Civil, de Rondon do Pará, para lavratura do respectivo auto de prisão. Em toda operação, além da arma do gato, foram, ainda, apreendidas mais 03 espingardas e realizada perícia de danos ambientais nas fazendas.

FEVEREIRO / 2006

01 – DELINST – Cumprido Mandado de Busca e Apreensão deferido pelo juízo federal do Rio de Janeiro/RJ, na residência do nacional HUGO LEONARDO SIQUEIRA. O mandado foi decorrente da OPERAÇÃO AZAHAR, deflagrada em 11 estados da federação e em mais 29 países. No local, foram apreendidos cd's, máquinas fotográficas e computador, para fins de instruir o procedimento em tramitação na SR/DPF/PA.

MARÇO / 2006

01 – DELINST – Fiscalização, em conjunto com a DRT, na região de Paragominas/PA, objetivando reprimir a exploração de trabalhadores rurais, em propriedades rurais daquela localidade, até o dia 18/03/2006.

02 – DELINST – Presos em flagrante, no decorrer da OPERAÇÃO CASSINO II, por porte ilegal de arma, o nacional LUIZ ANTÔNIO LOURENÇO DRUMOND, conhecido nacionalmente como LUIZINHO DRUMOND, portando uma pistola calibre 380, bem como o senhor SGT/PM/PA JÂNIO SANTANA FERREIRA, por portar um revólver calibre 38 e uma pistola calibre 9mm. O primeiro foi autuado pelo crime do art. 12 da Lei 10.826/03 e o segundo pelos crimes dos arts. 12 e 14 da mesma lei.

03 – DELINST/DRE – Descoberta plantação com cerca de 15.000 pés de maconha, mais duas sacolas com a substância pronta para o consumo, em operação realizada na Reserva Indígena Alto Rio Guamá, município de Cachoeira do Piriá/PA, em conjunto com a FUNAI e Exército Brasileiro. Na diligência, os responsáveis pelo delito conseguiram empreender fuga.

04 – DELINST – Cumprimento de Mandado de Reintegração de Posse da sede da FUNASA, em Belém/PA, expedido pela Justiça Federal de Belém/PA ocupada por movimento paredista daquela instituição.

05 – DELINST – Cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão, expedido pela Justiça Federal de Santarém/PA, na residência e no estabelecimento comercial de JOSÉ RONALDO DE CARVALHO COSTA.

06 – DELINST – Cumprimento de Mandado de Prisão Preventiva, expedido pela Justiça Federal de Santarém/PA, contra o nacional JOSÉ DONIZETE PIRES DE OLIVEIRA, em razão de processo que investiga grilagem de terras públicas na região da Gleba Pacoval, em Santarém/PA.

07 – DELINST - Cumprido Mandados de Prisões Preventivas, expedidos pela 3ª Vara Criminal de Altamira/PA, contra ADALBERTO COELHO DOS SANTOS e MARIA ROSELEIDA MENDES, nos autos do processo 2001.700470-3, relativo a tráfico de entorpecentes.

08 – DELINST - Liberação de 70 trabalhadores em regime análogo ao de escravo em duas fazendas de Brasil Novo/PA, denominadas Araruna e Poço Rio. Na ocasião, foi preso o gato de alcunha ZÉ PRETINHO, cujo nome verdadeiro é JOSÉ REINALDO DOS SANTOS, por porte ilegal de arma, posto que portava um revólver calibre 38. O gato foi autuado em flagrante na DPF/ATM/PA. Em toda a operação, além da arma do gato, foi, ainda, apreendida uma espingarda calibre 36, marca BOITO.

ABRIL / 2006

01 – DELINST/DRE - Descoberta e apreendida plantação com cerca de 8.000 pés de maconha, em operação realizada na Reserva Indígena Alto Rio Guamá, município de Cachoeira do Piriá/PA, em conjunto com a FUNAI e Exército Brasileiro.

02 – DELINST/DRE - Descoberta plantação com cerca de 5.000 pés de maconha, em operação realizada na Reserva Indígena Alto Rio Guamá, município de Cachoeira do Piriá/PA, em conjunto com a FUNAI e Exército Brasileiro.

03 – DELINST – CHANCE PARA TODOS - Apreendido um revólver calibre 38, em fiscalização de rotina na região do município de Breves/PA. O portador da mesma, o nacional AUGUSTO DOS SANTOS BARROSO foi conduzido até a Delegacia de Polícia Civil de Breves/PA, pra lavratura do flagrante. Na mesma operação foi apreendido uma arma calibre 36, em fiscalização de rotina no porto do município de Breves/PA. O portador da mesma não foi identificado.

04 – DELINST – Presos em flagrante, no decorrer da OPERAÇÃO GALILÉIA, por porte ilegal de arma, os nacionais ADEMIR GALVÃO ANDRADE, de posse em sua residência de duas pistolas calibre 380, um revólver 38 e uma pistola calibre 9mm(de uso restrito), e o senhor EVANDILSON FREITAS DE ANDRADE, por portar um revólver calibre 38 e uma pistola calibre 9mm. O primeiro foi autuado pelos crimes dos arts. 12 e 14 da Lei 10.826/03 e o segundo pelo crime do art. 12 da mesma Lei.

05 – DELINST – FLAGRANTE – Preso em flagrante delito, na cidade de Altamira/PA, o senhor EDIMÍZIO PEREIRA DOS SANTOS, por porte ilegal de arma, autuado como incurso nas penas do art. 14 da Lei 10.826/2003.

JULHO / 2006

01 - DELINST – Apoio a Oficiais de Justiça em cumprimento de Mandado de Imissão na posse, decretada pela Justiça Federal de Belém em imóvel pertencente á União Federal, na cidade de Belém/PA.

02 – DELINST – Cumprimento de Mandado de Bloqueio de renda do jogo de futebol entre o Clube do Remo (PA) e Portuguesa de Desportos (SP), pela 2ª Divisão do Campeonato Brasileiro, determinada nos autos do processo 013-1213/1998-2, onde foram utilizados 20 Policiais Federais.

03 – DELINST – Em ação conjunta do DPF com a DRT/PA, PRT da 8ª Região e IBAMA, foi fiscalizada a FAZENDA GRAPUÁ, localizada no município de Uruará/PA, foram encontrados 26 trabalhadores rurais em situação irregular e degradante. Na ocasião, foi preso em flagrante o senhor FRANCISCO FERREIRA SOUSA, encontrado com uma espingarda calibre 20 com 11 cartuchos, uma espingarda calibre 12 com 16 cartuchos e um revólver calibre 38, marca ROSSI, com 10 projéteis.

04 – DELINST – Em ação conjunta do DPF com a DRT/PA, PRT da 8ª Região e IBAMA, foi fiscalizada a MADEREIRA COMABIL, de propriedade do Sr. JOSÉ BIANCARD, foram encontrados trabalhadores rurais em situação irregular e degradante. Não foi possível prisão em flagrante, mas foi instaurado IPL para apurar os fatos.

05 – DELINST - Cumprindo Mandado de Prisão expedido pela Justiça Federal de Imperatriz/MA, contra o nacional RICARDO CORRÊA DE MELO, condenado por tráfico de entorpecentes.

AGOSTO / 2006

01 – DELINST/DELEMAPH – OPERAÇÃO KAYAPÓ – Deflagrada operação de desintrusão de Reserva Indígena Kayapó, em conjunto com a FUNAI e com o apoio da CGDI/DIREX, localizada em São Félix do Xingu/PA, resultado na apreensão de 07 armas de diversos calibres, motosserras e retirada de 21 trabalhadores irregulares que exploravam a área indígena. Os documentos produzidos foram encaminhados à DPF/RDO/PA, para fins de instrução de IPL a ser instaurado.

02 – DELINST/DRE – Presos em flagrante delito, no município de Tucuruí/PA os nacionais LUIZ PEDRO DA CONCEIÇÃO, WANDER BORGES DE ARAÚJO e JOÃO CÍCERO DE ALENCAR, identificado como JOÃO BANANA, por ter sido encontrado na posse dos mesmos, cerca de 8,710 kg de maconha, certa quantidade de cocaína e utensílios para o seu preparo, 07 armas de diversos calibres, entre elas, uma artesanal, além de jóias e dinheiro, tendo sido os mesmos enquadrados nos termos dos arts. 12 e 14 da Lei 6.368/76 e 14 da Lei 10.826/2003.

03 – DELINST – Apoio e segurança à terceira edição dos Jogos Indígenas, realizados em Conceição do Araguaia/PA.

04 – DELINST – Em fiscalização conjunta com o DNPM, no município de Xinguara/PA, foram apreendidas uma arma, munições e certa quantidade de mercúrio. Os fatos serão apurados em IPL próprio.

SETEMBRO / 2006

01 – DELINST – Segurança Física dos Ministros do Turismo WALFRIDO DOS MARES GUIA e dos Transportes Min. PAULO SÉRGIO PASSOS, quando da inauguração das obras do complexo viário do entroncamento, em Belém/PA.

02 – DELINST – Segurança Física do Ministro do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal, Min. GUILHERME CASSEL quando de visita nas cidades de Belém/PA e Paragominas/PA.

03 – DELINST – Cumpridos dois Mandados de Busca e Apreensão, expedidos pela Justiça Eleitoral, na ação social do vereador de Belém/PA e candidato a Deputado Estadual MÁRIO CORRÊA, em procedimento investigativo desta SR/DPF/PA.

04 – DELINST – Segurança física do Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO, quando de compromissos na cidade de Belém/PA, o que perdurou até o dia 28/09/2006.

05 – DELINST - Durante cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão referente à OPERAÇÃO AÇO FORTE, foi preso em flagrante delito, por porte ilegal de arma, o nacional DIVALDO SALVADOR DE SOUSA (Superintendente da SIMARA – Siderúrgica Marabá S/A), por terem sido encontradas em sua residência, seis armas, sendo cinco longas, de variados calibres, uma pistola calibre 380, bem como 131 munições de diversos calibres, intactas e dois estojos de 38 SPL, já deflagradas, tendo sido o mesmo autuado nos termos dos arts. 12 e 14 da Lei 10.826/2003.

OUTUBRO / 2006

01 - DELINST - Durante OPERAÇÃO VOTO LIVRE, que objetivava manter a lisura do processo eleitoral, foram conduzidas 24 pessoas e lavrados 15 Termos Circunstanciados de Ocorrência na sede da SR/DPF/PA, tendo sido presos por prática de “boca de urna” (Art. 39 da Lei 9504/97) os nacionais RAIMUNDO CARLOS LOPES MOREIRA, PAULO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA, AMARO KLAUTAU, CLEYDSON CHAVES BATISTA, IVAI RODRIGUES NASCIMENTO, SANDRO MAURO ALMEIDA DIAS, PAULO HENRIQUE BARBOSA DA ROCHA, ROBERTO DA SILVA LEÃO, JÚLIO CÉSAR MIRANDA DOS SANTOS, ANTÔNIO JOSÉ DE SOUZA, JOSÉ ORLANDO MAGALHÃES ALMEIDA, FÁBIO JOSÉ BRITO DE SOUZA, ADLER LUIZI RIBEIRO DOS SANTOS, NHEYESTHEV SOUZA SANTOS, PAULO JORGE DE OLIVEIRA DIAS e MILKESON SOUZA BARROSO e por desobediência ou desacato as seguintes pessoas: JORGE DOS SANTOS BASTOS, JOSÉ TADEU ALVES PESSOA, LUCINEY MARÇAL PINHEIRO VIEIRA, ANDREY PETERSON MORENO TAVARES, PAULO ROBERTO SANTIAGO DO ESPÍRITO SANTO, MAURÍLIO CRUZ DE ATHAYDE, BRENO EDUARDO SILVA LEÃO e ERIC RENATO DE SOUZA BATISTA.

02 – DELINST - Prestar auxílio de força policial no cumprimento de Mandado de Seqüestro expedido pela Justiça do Trabalho nos autos do Processo 0462/2001-1. na sede da empresa MYSTICAL EVENTOS (conhecida em Belém/PA como Boite do Kaveira).

03 – DELINST - Prestar serviço de apoio policial em Operação de Fiscalização referente a Trabalho Escravo na região de Paragominas/PA, junto à equipe do TEM/DRT/PA, o que perdurou até o dia 21/10/2006.

04 – DELINST - Preso, em flagrante delito, como incurso nas penas dos Arts. 129 do CPB, c/c 306 da Lei 9.503/97 e 28 da Lei 11.343/2006, o nacional MÁRCIO ASSAD CRUZ SCAFF, por ter atropelado a Policial Rodoviária Federal em serviço VANESSA

SIFFERT, durante barreira na BR-316, em Ananindeua/Pa, causando seu óbito (IPL 957/2006 – SR/DPF/PA).

05 – DELINST – Apreendidas, na Fazenda Bonanza, município de Paragominas/Pa, em fiscalização conjunta do DPF e da DRT/PA, um revólver, uma carabina e uma escopeta, tendo figurado como conduzido o seu proprietário, o Sr. EMANUEL AGRIPINO VILAS NOVAS, autuado nos termos dos Arts. 14 e 16 da Lei 10.826/2003 (IPL 963/2006 – SR/DPF/PA).

06 – DELINST – Lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência contra VITAL DA SILVA LIMA, por desacato (Art. 331 do CPB) a servidores do Ministério Público Federal, quando em fiscalização do processo eleitoral.

07 – DELINST - Lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência contra MANOEL ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO, por desacato a servidores da Justiça Eleitoral, quando em fiscalização de propaganda no processo eleitoral.

08 – DELINST - Durante a OPERAÇÃO VOTO LIVRE – 2º Turno - , que objetivava manter a lisura do processo eleitoral, foram conduzidas 18 pessoas e lavrados 10 Termos Circunstanciados de Ocorrência na sede da SR/DPF/PA, tendo sido presos por prática de “boca de urna” os nacionais JOSÉ EXPEDITO DIAS CUNHA, DANIEL QUEIROZ GALVÃO, SANDRO LUIS DA SILVA MIRANDA, SANTOS ESTANISLAU DE VASCONCELOS CAREPA, PEDRO TEIXEIRA MARTINS DOS SANTOS, LUIZ ROMANO DA MOTTA, ARAÚJO NETO, CARLOS ADRIANO ALMEIDA BANDEIRA, PAULO JÚNIOR MARINHO GOMES e ANTÔNIO SÉRGIO FURTADO PEREIRA DE SOUZA e por desobediência, JÚLIO CÉSAR BASTS FERNANDES.

09 – DELINST – DELEMAPH – FLAGRANTE – Em operação realizada pela DPF/SNM/PA, na região da Hidrelétrica de Curuá-Uná, entre os municípios de Santarém/PA e Placas/PA, objetivando averiguar denúncias de grilagens de terras públicas federais, presença de pessoas armadas na região e delitos ambientais, foram apreendidos uma centrar de radiofonia UHF, 58 pilhas de madeira serrada e cerca de 780 toras de madeira in natura das espécies ipê e massaranduba, além de um trator, sete caminhões carregados com madeira, cinco motos-serra, uma carabina modelo Puma, calibre 38, marca Rossi e seis espingardas de modelos e calibres diversos. Na ocasião foram presos: CLODOALDO BEZERRA DE OLIVEIRA, REGINALDO DANTAS DA SILVA JÚNIOR, ANTÔNIO EDIMAR NOBRE MENDONÇA e ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA COSTA por crime ambiental e IVANILSON ALENCAR DOS SANTOS e THARSIS DIB DE AZEVEDO por porte ilegal de arma.

10 – DELINST - Autuado em flagrante delito o nacional EDILSON FERREIRA DE SOUSA, por ter sido flagrado realizando frete de seu veículo para transporte gratuito de eleitores sem autorização judicial, autuado nos termos do Art. 11 da Lei 6.091/74.

11 – DELINST - Autuado em flagrante delito o nacional WALTER JOSÉ DA SILVA, por ter sido flagrado portando arma de uso permitido, sem as devidas cautelas legais, durante as eleições nos termos do Art. 14 Parágrafo Único da Lei 10.826/2003.

12 – DELINST - Retiradas das dependências da Companhia Vale do Rio Doca (CVRD), em Parauapebas/PA, de mais e uma centena de índios da Aldeia Xikrin que haviam ocupado a sede da empresa desde o dia 17/10/2006, reivindicando o cumprimento de compromissos firmados anteriormente. A solução foi encontrada após diversas reuniões com lideranças indígenas, CVRD e FUNAI.

13 – DELINST - Preso em flagrante, durante fiscalização das eleições, os nacional DANIEL ALVES DOS SANTOS, MARIA DA LUZ DOS SANTOS SILVA E JOÃO BATISTA ALVES DOS SANTOS, em razão de prática de propaganda ilegal de “boca de urna”.

14 – DELINST - Prisões em flagrante delito dos nacionais DIONNE LUIZ BARBOSA e FLORENCIO BRAGA DE SOUSA, decorrente de prática do delito capitulado no Art. 299 da lei 4.737/65 (Código Eleitoral)

15 - DELINST - Cumprido, em Redenção/PA, Mandado de Prisão Temporária, já convertida em Preventiva, expedido pela 11ª Vara Federal de Fortaleza/CE, contra o nacional JOSÉ JUTAY ANDRADE GUILHERME JÚNIOR, decorrente do desencadeamento da OPERAÇÃO CYCLONE pela SR/DPF/CE.

16 – DELINST - Missão em conjunto com a CGDI/DIREX/DPF, de apoio e segurança aos servidores. Do INCRA, que se encontram realizando diversos trabalhos de topografia e demarcação de lotes na área da Fazenda Cristalino, município de Santana do Araguaia/PA, região que sofre com intensas disputas de cunha fundiário.

17 – DELINST - Missão de apoio e segurança ao Procurador do Trabalho, Dr. CARLOS AUGUSTO SAMPAIO SOLAR, durante audiência trabalhista de ALDIMIR LIMA NUNES, “O BRANQUINHO”, já condenado a nove anos de prisão por diversos crimes, entre eles redução à condição análoga a de escravo e pistolagem, envolvendo 04 APF’s com fito em dar segurança às instalações físicas da Vara do Trabalho de Xinguara/PA e à pessoa do Procurador.

18 – DELINST – Instaurados 04 Termos Circunstanciados de Ocorrência e 01 IPL, no dia do segundo turno das eleições presidenciais e para governador do Estado do Pará.

19 – DELINST – OPERAÇÃO ASSURINI - Diligência realizada no município de Senador José Porfírio/PA, objetivando desarticular grupo de grileiros e pistoleiros da região resultando na apreensão de: um rifle calibre 32, marca Rossi; 100 munições calibre 38; 100 munições calibre 32; 45 munições calibre 20; 50 munições calibre 380 gold; 74 munições de calibre 12 e 34 munições de calibre 28. Na ocasião da abordagem foi possível perceber a fuga de dois suspeitos, que esqueceram no local suas carteiras de identidade civil. Depois, foi apurado que as pessoas seriam empregados do senhor DAVID RESENDE, empresário conhecido nas regiões sul e oeste do Pará e que todo o aparato pertencia a ele. A Justiça Federal de Altamira/PA chegou a decretar a prisão temporária de cinco envolvidos, entre eles DAVID RESENDE, mas que já foram revogadas. Para apurar os fatos, foi instaurado IPL.

20 – DELINST – Cumpridos os Mandados de Prisões Temporárias expedidos pela Justiça Federal de Altamira/PA contra os nacionais JOSÉ DA SILVA, vulgo, ZEZINHO, e MARLEUDO PATRÍCIO DA SILVA, vulgo CEARÁ, suspeitos de integrarem o grupo de pistoleiros de DAVID RESENDE, investigado na OPERAÇÃO ASSURINI.

21 - DELINST – Cumpridos Mandado de reintegração de posse, exarado pelo juízo da Subseção Judiciária Federal de Altamira/PA, na Reserva Indígena dos Araras, no município de Uruará/PA.

22 – DELINST – Segurança Física do Ministro dos Transportes em visita a Altamira/PA para anunciar o início das obras de asfaltamento de um trecho de 22 km da Rodovia Transamazônica.

23 – DELINST – Apreendido material de propaganda irregular do candidato ao governo do Estado, Almir Gabriel (PSDB/PA) num total de 1.000 bandeiras prontas e 500 em fase de confecção que estavam sendo afixadas em postes de iluminação e outros logradouros, em desacordo com a legislação eleitoral.

NOVEMBRO / 2006

01 – DELINST – Cumprimento de Mandado de Imissão na Posse de imóvel pertencente à Caixa Econômica Federal, na cidade de Belém/PA, decorrente de decisão exarada pela Justiça Federal em Belém/PA.

02 – DELINST – Preso em flagrante delito o indígena LEOMAR TEMBÉ GONÇALVES, por portar um revólver, calibre 38, sem as devidas outorgas legais, no interior da Reserva Indígena Alto Rio Guamá, localizada em Cachoeira do Piriá/PA, autuado nos termos do art. 14 da Lei 10.826.2003.

03 – DELINST – Missão policial ao município de Cumaru do Norte/PA, em virtude do assassinato do indígena PEKRE KAYAPÓ, na noite do dia 04/11/2006, com diversas diligências realizadas em conjunto com as polícias civil e militar locais, que culminaram na prisão em flagrante dos nacionais ANDRÉ SILVA MENDES E MARCOS SOUZ DE ARAÚJO (menor), com respectivo auto formalizado na Delegacia de Polícia Civil de Redenção/PA.

04 - DELINST – Missão de apoio e segurança ao oficial de justiça federal de Marabá/PA, que realizou diversas intimações no interior do Projeto de Assentamento CODESPAR em Santa Maria das Barreiras/PA.

05 – DELINST – Missão de apoio e segurança a equipe de fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que realizaram diversas fiscalizações no município de Conceição do Araguaia/PA.

DEZEMBRO / 2006

01 – DELINST – Reintegração de posse das terras da CODEBAR, no município de Capanema. Ação realizada juntamente com a polícia militar.

02 – DELINST – Segurança do Ouvidor Agrário GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO, quando de compromissos na cidade de Belém/PA.

03 – DELINST – Cumprimento de mandado de prisão expedido pela 3ª Vara Federal, contra o nacional MILTON MACIEL DA COSTA, por estar arregimentando trabalhadores rurais no seu hotel em Paragominas/PA a fim de negocia-los com fazendeiros da região.

Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP

OUTROS PROCEDIMENTO S	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	40
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	39
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	63
	COMPRA DE ARMAS, MUNIÇÕES E PETRECHOS DE RECARGA	38
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO	84
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	73
	NOTIFICAÇÃO	248

OUTRAS ATIVIDADES:	
<u>DESCRIÇÃO</u>	TOTAL
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA	48
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES	56
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S	235
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	3.146
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	2003
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS	300
ARMAS E MUNIÇÕES ARRECADADAS	60 armas 365 munições
ARMAS E MUNIÇÕES APREENDIDAS	10
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA	58

ARRECADAÇÃO:	
TOTAL DE GRU FUNAPOL ARRECADADO	R\$ 415.793,18
TOTAL DE MULTAS PAGAS	
<u>TOTAL GERAL</u>	R\$ 415.793,18

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EFETUADAS	
NOME DA OPERAÇÃO	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	10/novembro/2006
MISSÃO	Fiscalização de Agência Bancária
ÁREA DE ATUAÇÃO	Município de Igarapé Miri/PA

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EFETUADAS	
NOME DA OPERAÇÃO	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	26/outubro/2006
MISSÃO	Fiscalizar a empresa Matrix Vig. e Operações de Seg. LTDA.
ÁREA DE ATUAÇÃO	Área metropolitana de Belém
OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EFETUADAS	
NOME DA OPERAÇÃO	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	20/novembro/2006
MISSÃO	Fiscalização de rotina, em postos e empresas de segurança privada da região metropolitana de Belém/PA.
ÁREA DE ATUAÇÃO	Área metropolitana de Belém

Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH – Não informado.

Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM

I- INFRA-ESTRUTURA (RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS)

- Atualmente, na Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, estão lotados um Delegado, um escrivão, e uma Agente de Polícia Federal.
- O Delegado, que subscreve o presente, acumula a titularidade dessa delegacia com a substituição da Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes.
- Não há viatura à disposição exclusiva da Delegacia, ao passo que as diligências são realizadas com os veículos cedidos pelo NO/DREX/SR/DPF/PA.
- Com relação às instalações, a DELEARM divide o espaço físico com o NUCOR/COR/SR/DPF/PA.

DADOS ESTATÍSTICOS

a. **ARMAS E MUNIÇÕES APREENDIDAS (01/01/2006 A 18/08/2006)**

QUANTIDADE	TIPO	CALIBRE
-------------------	-------------	----------------

02	ESPINGARDA	.22
01	ESPINGARDA	.32
01	ESPINGARDA	.36
07	REVÓLVER	.38
04	ARMAS NÃO CLASSIFICADAS	Prejudicado
01	PISTOLA	.380
01	PISTOLA	9mm

QUANTIDADE DE CARTUCHOS	CALIBRE
03	.38
79	9mm
69	.380
18	.32

Obs.: Dados fornecidos a partir de Consulta no SINPRO, referente às apreensões da DELINST e DELEFAZ.

b. INVESTIGAÇÕES EM ANDAMENTO

- - Comercialização de arma de fogo e munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, nos Municípios de Ananindeua/PA e Santarém/PA;
- - Comércio de submetralhadoras e fuzis, na Grande Belém, mais precisamente em Castanhal;
- - Solicitação de diligências, pela Diretoria Executiva do DPF, com vistas a apurar a existência de 30 mil peças de munição abandonas no Pará, aptas a serem utilizadas, remanescentes da Segunda Guerra Mundial;
- - 07 empresas possivelmente envolvidas com a comercialização de arma de fogo e munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, nos Municípios de Conceição do Araguaia/PA e São Geraldo do Araguaia/PA, a pedido da Delegacia de Jataí/GO;

II - PROBLEMÁTICA DO TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS NO PARÁ.

- Não há registro de estudo de situação do Pará, nos arquivos desta Delegacia. Todavia, noticia-se a ocorrência de roubos de carga na Grande Belém, mais precisamente nos municípios de Ananindeua e Marituba. Acresce-se a notícia também de assaltos a agências bancárias no interior do Estado do Pará. Por imperativo lógico, tais ocorrências são acompanhadas de circulação de armas e munições, facilitadas, inclusive, pela vasta malha viária, rica em rotas alternativas sem fiscalização policial.

- Como se sabe, uma das rotas de tráfico de armas é do Suriname ao Pará. A grande quantidade de portos clandestinos dificulta sensivelmente a fiscalização policial. Nos autos do IPL 847/2006 –SR/DPF/PA, há declarações no sentido de que nenhuma embarcação oriunda do Suriname atraca nos portos oficiais de Belém, descarregando-lhe a carga em lugares desprovidos de fiscalização, principalmente aduaneira.

Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR
Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE

- ✓ No mês de **janeiro** foram instaurados **08** (oito) **IPL'S**, com a apreensão de **59.655g** de **cocaína** e a prisão de **10** (dez) nacionais.
- ✓ No **IPL-068/06**, foi apreendido **01** (um) automóvel **FORD/FIESTA**, ano 2005, e um **BARCO**.
- ✓ Ainda no mês de **janeiro**, foi preso o menor **HUDSON VIEIRA CASSIANO**, com **4.290g** de **cocaína**, mais foi encaminhado para **DATA**, juntamente com a droga.
- ✓ Em **fevereiro**, foram instaurados **07** (sete) **IPL'S**, com a apreensão de **66.870g** de **cocaína**, com a prisão de **10** (dez) nacionais e **01** (um) alienígena.
- ✓ No **IPL-136/06**, foi apreendido **01** (um) veículo marca chevrolet, modelo **GM/MONZA CLUB**.
- ✓ No mês de **março**, foram instaurados **06** (seis) **IPL'S**, com a apreensão de **214.210g** de **cocaína** e **2.417** cápsulas de **ECSTASY**, com a prisão de **14** (quatorze) nacionais, **01** (um) Peruano e **01** (um) Colombiano.
- ✓ No **IPL-143/06**, foi apreendido **01** (um) automóvel chevrolet, modelo **D20** e **01** (um) caminhão **Volkswagen**, ano 2003.
- ✓ No **IPL-149**, foi apreendido **01** (um) automóvel **VOLKSWAGEN**
- ✓ No mês de **abril**, foram instaurados **05** (cinco) **IPL'S**, com a apreensão de **66.201g** de cocaína e a prisão de **07** nacionais.
- ✓ No mês de **maio**, foram instaurados **11** (onze) **IPL'S**, com a apreensão de **106.875g** de **cocaína** e **04g** de **maconha** e a prisão de **19** nacionais.
 - No **IPL-279/06**, foi apreendido um veículo **VW GOL Branco**
- ✓ No mês de **junho**, foram instaurados **10** (dez) **IPL'S**, com a apreensão de **127.026g** de **cocaína** e **70g** de **maconha**, com a prisão de **15** (quinze) nacionais e **01** (um) Colombiano.
 - No **IPL-379/06**, foi apreendido uma **Moto HONDA**, modelo **BIZ**
- ✓ No mês de **julho**, foram instaurados **05** (cinco) **IPL'S**, com a apreensão de **80.115g** de **cocaína** e **13,050g** de **maconha** e a prisão de **05** (cinco) nacionais.
- ✓ No mês de **agosto**, foram instaurados **08** (oito) **IPL'S**, com a apreensão de **63.200g** de **cocaína** e **10.990g** de **maconha** e a prisão de **08** (oito) nacionais.

- No **IPL-660**, foi apreendido um **Revólver calibre 38**.
- ✓ No mês de **setembro**, foram instaurados **09** (nove) **IPL'S**, com a apreensão de **125.541g** de **cocaína** e **14.300g** de **maconha**, com a prisão de **12** (doze) nacionais.
 - No **IPL-775/06**, foi apreendido **01** (um) **caminhão** marca **MERCEDES BENZ/709**, modelo **1994/1994**
- ✓ No mês de **outubro**, foi instaurado **03** (três) **IPL'S**, com a apreensão de **33.060g** de **cocaína**, com a prisão de **05** (cinco) nacionais.
- ✓
 - No **IPL-908**, foi apreendido **01** (um) **FIAT PÁLIO ELX**, ano 2001.
 - No **IPL-978/06**, foi apreendido **01** (um) automóvel marca Volkswagen, modelo **GOLF**.
- ✓ Em **novembro**, foi instaurado **01**(um) **IPL**, com a apreensão de **8.000g** de **cocaína**, sem indiciados.
- ✓ Em **dezembro** foi instaurado **01** (um) **IPL**, com a apreensão de **325g** de **maconha** e a prisão de **01** (um) nacional.
- ✓ Em **dezembro**, foi instaurado **IPL**, com a apreensão de **12.005g** de cocaína, com a prisão de **03** (três) nacionais.
- ✓ Durante o ano foram desenvolvidas investigações relacionadas à Operação **GRANADA, KOLIBRA, GUAJARÁ, TUCUPI, ARAMÃ, CONEXÃO ALIANÇA, CEARÁ, CONEXÃO JM, NOBREZA**, com o apoio dos **APF'S** das **SR'S** de outros estados, prestando serviço no setor de análise, trabalho estes executados, com o apoio da **CGPRE/DCOR**.
- ✓ No decorrer do ano foram ministradas palestras educativas sobre a prevenção ao uso de substâncias entorpecente ilícitas ou não, bem como participação em congressos sobre drogas no Pará.
- ✓ Foram emitidas **124** Ordens de Missão.
- ✓ Esta delegacia através do Setor de Análise- **GISE – BASE GUAMÁ** e do Núcleo de Operações- **NO**, realizou levantamentos e acompanhamentos de diversos alvos que atuam no tráfico local e interestadual.
- ✓ Segue o Quadro de Apreensões

MESES	COCAINA	MACONHA	ECSTÂSY	PRESOS
-------	---------	---------	---------	--------

JANEIRO	59.655g	-	-	10
FEVEREIRO	66.870g	-	-	11
MARÇO	214.210g	-	2.417CAP.	16
ABRIL	66.201g	-	-	07
MAIO	106.875g	4g	-	19
JUNHO	127.026g	70g	-	16
JULHO	80.115g	13.050g	-	05
AGOSTO	63.2100g	10.990g	-	08
SETEMBRO	125.541g	14.300g	-	12
OUTUBRO	33.060g	-	-	05
NOVEMBRO	8.000g	-	-	-
DEZEMBRO	12.005g	325g	-	-
TOTAL	962.758g	38.739g	2.417CAP.	113

- No mês de junho/06, a DELEPAT, em conjunto com a DRCOR e NIP/PC/PA, estourou a Operação CASERNA, com a apreensão de 04 escopetas cal.12, 01 fuzil cal. 762, 02 revólveres cal. 38 – munições diversos calibres – 762, 380, 38 e 12, culminou com a prisão de 05 pessoas.
- No mês de setembro, foi feita a escolta do preso BENEDITO FERREIRA DA SILVA, até Brasília/DSF, preso em Marabá/PA, na Operação Toupeira, coordenada pela DPAT/DCOR/DPF, chegando em Brasília a equipe da DELEPAT/PA, participou do interrogatório do preso.
- Ainda no mês de setembro, participação do chefe da DELEPAT/PA, Em reunião que tratou de assuntos relacionados à continuidade da operação Toupeira – “ Fase III”, coordenada pela DPAT/DCOR.
- A equipe da DELEPAT/PA, após levantamentos do analista de inteligência, conseguiu abortar ROUBO, que seria realizado no município de Castanhal/PA, por assaltantes de alta periculosidade, sendo preso na ocasião os fugitivos do Sistema Penitenciário: ROBERTO CÉSAR SILVA LOBATO, OSVALDO FARIA JÚNIOR e MARCELO DE ANDRADE SANTANA. Todos os presos tinham condenação judiciais por Roubo Qualificado (latrocínio) e/ou Homicídio, de forma que todos foram identificados com a devida alimentação do “AFIS”.
- No mês de outubro, recebimento do Auto de Prisão em Flagrante pela Polícia Civil do ROUBO realizado nos Correios, que participaram ROBSON PIRES DE ANDRADE, FÁBIO ANDRADE SOBRINHO, FLÁVIO ANDRADE SOBRINHO e RUBENS WARLLYS CORREA MENDES. Houve resistência à prisão, tendo FÁBIO ANDRADE SOBRINHO morrido na troca de tiros com a PM/PA. FLÁVIO ANDRADE SOBRINHO conseguiu se evadir da ação policial, sendo certo que os outros dois integrantes foram presos e indiciados.

- No decorrer da Operação Tora, desencadeada pela DELEPAT/DRCOR/SR/DPF/PA, foi desarticulada, com apoio operacional da DPF/ITZ/MA, DPF/AGA/TO e DRCO/Polícia Civil/PA, quadrilha que planejava assaltos a bancos e agências dos Correios (EBCT) na região entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Houve a prisão de 12 (doze) pessoas da quadrilha com farto quantidade de munições (.12, 9mm, .40, 7,62), sendo as prisões realizadas no municípios de Estreito/MA e Bom Jesus das Selvas/MA. Foram presos: Antonio
- José Nunes Furtado, vulgo "Dedé" ou "Castanhal"; Aldo Henrique Silva Melo; Andréia Bezerra Feitosa (mulher de Dedé); Cleiton Veras da Costa; Daniel Nonato Cardoso, vulgo "Camarão"; Elessandro Serrão Pantoja, vulgo "Sandro Doido"; Flávio Andrade Sobrinho (da família Pires de Andrade); Francisco da Conceição, vulgo "Paulistinha"; José Santos da Costa, vulgo "Gordo"; José Sabino Lustosa, vulgo "Zezinho"; Karina Lira Cavalcanti (mulher de Marcos – que evadiu a ação policial); e Marcus Franciney da Gama, vulgo "Marquinhos". O preso Flávio participou do assalto dos Correios de Ulianópolis/PA, quando seu irmão Fábio morreu ao reagir à ação policial.
- No restante dos meses não houve nenhuma atividade nesta delegacia.

Setor de Controle de Produtos Químicos/SCPQ/D.R.E.

1 – HISTÓRICO

Desde a década de 90 que o Brasil investe na atividade de controle de produtos químicos, o que teve início com a edição da Medida Provisória nº. 756, de 08 de dezembro de 1994, mais tarde convertida na Lei nº. 9.017, de 30 de março de 1995, que estabeleceu normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à elaboração de cocaína em suas diversas formas, e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Ainda em 2001, o Senhor Presidente da República sancionou a Lei nº. 10.357, de 27 de dezembro de 2001, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que, direta ou indiretamente, possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica. E posteriormente foi regulamentada pelo (Decreto nº. 4.262, de 10/06/2002), a atual legislação prevê novas medidas administrativas e operacionais que ora são adotadas mediante o emprego de tecnologia moderna, tendo como resultado final o controle eficaz dos produtos químicos que são passíveis de utilização no processamento ilícito de drogas.

Em 25 de agosto de 2003, face da necessidade de se adequar os limites dos produtos químicos controlados listados nos anexos da Portaria citada no parágrafo anterior, às necessidades e peculiaridades do mercado, fora editada a Portaria Ministerial nº. 1. 274/MJ.

2 – ATIVIDADES

Neste exercício, realizamos as atividades de fiscalização, tudo de acordo com a legislação em vigor, haja vista que a Portaria Ministerial nº. 1274/MJ, de 25 de agosto de 2003, definindo a relação dos produtos químicos que deverão ser controlados, bem como estabelecendo critérios e formas de controle a serem adotados, trouxe tranquilidade e segurança

não só para os fiscalizadores, mas também para os fiscalizados, em virtude da sua clareza e objetividade.

Continuamos efetivando conforme o regramento explícito na legislação que ora rege a matéria, Lei nº. 10.357/01, Decreto nº. 4.262/02 e Portaria nº. 1.274/MJ, requerimentos sobre recadastramento (conforme preceitos do art. 4º, § 1º da Lei 10.357/01), emissão de Certificados de Registro Cadastral (CRC) e de Licença de Funcionamento (CRL), bem como os de renovação daqueles que estiverem aprazados.

2.1. – EXPECTATIVAS

As atividades de controle (informatizadas) e as de fiscalização (campo), além de ser de grande importância o atendimento ao público externo.

Imprescindível se faz com que além destas atividades de atendimento ao público, com de controle e fiscalização, também façamos investigações, barreiras para inspeções aleatórias em veículos pesados nas estradas, acompanhamento de possíveis cargas de produtos químicos, tanto nos portos, quanto nos aeroportos e sempre que possível fazer integrar às bases fluviais, policiais experientes no assunto à fim de agilizarem quando solicitados.

Além é claro, do trabalho de inteligência para aqueles que tentam burlar a legislação e o controle efetivo do Órgão.

3 – EFETIVO

Hoje contamos com a colaboração de um Administrativo, o qual já recebeu em Brasília, por parte da DCPQ/CGPRE/DCOR, orientações e instruções para facilitar o entendimento junto à legislação dos químicos.

Alertamos para a necessidade de reavaliação do efetivo ora destinado ao Setor de Controle de Produtos Químicos, a fim de que não haja solução de continuidade no atendimento pleno aos princípios dos preceitos legais, pois há de se contabilizar no processo, o quantitativo de produtos controlados antes da Lei 10.357/01, que somavam um total de apenas doze, hoje em número de cento e quarenta e seis, números estes que se traduzirão em multiplicações extraordinárias no que diz respeito aos anseios das pessoas físicas e jurídicas atingidas diretamente.

É preciso que haja planejamento para que possamos atravessar o futuro. As expectativas de crescimento da área afeta aos serviços levados a cabo por nossa equipe, certamente nos preocupa, entretanto, nosso empenho continuará totalmente voltado para que não haja solução de continuidade no atendimento pleno aos princípios dos preceitos legais que norteiam nossas atividades, porém haverá de ser por todos dimensionado a razão da contabilidade, que não poderemos manter o nível e a qualidade dos serviços oferecidos à população alvo.

Não podemos desconsiderar tratar-se de uma atividade contínua e permanente, tais como as fiscalizações exercidas, podendo ser afetadas conforme o tempo e as demandas dos serviços, óptica sob a qual nossas funções deverão ser avaliadas, sem desprezarmos o controle interno-integrado.

Considerando que os servidores lotados no Setor de Controle de Produtos Químicos já contam com certo tempo no serviço público e logo estarão se aposentando, será necessário investir em recursos humanos, o mais rápido para que não ocorra prejuízo ao serviço.

É preciso que se invista em recursos humanos, primando pelo perfil, seriedade e sensibilidade do nosso servidor.

4 - ESPAÇOS FÍSICOS

Contamos com duas salas destinadas as atividades de Controle e Fiscalização, espaço este que com o atual efetivo chega a ser suficiente para atender as necessidades dos serviços aqui desenvolvidos.

5 – EQUIPAMENTOS

ITEM	EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
01	Microcomputador	03
02	Monitor de vídeo	03
03	Impressora HP Deskjet 3535	01
04	Impressora HP Deskjet 3550	01
05	Impressora HP Deskjet 340	01
06	Impressora Epson LX-300+	01
07	Notebook	01

6 – VIATURAS

- Camioneta GM/BLAZER DLX (Ostensiva) Placas JFP 0473
- FIAT Siena (Não Ostensiva) Placas JUT 3481

7 – SUGESTÕES

1. Com o objetivo de atender necessidades peculiares à fiscalização, deveriam ser confeccionados lacres próprios, devidamente padronizados pelo Departamento de Polícia Federal;

2. Treinamento em inteligência e em operações de campo para os integrantes das Comissões de Fiscalização;

8 – EMPRESAS FISCALIZADAS:

- PARAGÁS DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ 05.840.319/0003-00
- ASSOC. ADV. N. BRAS. DE PREV. E ASSIST. SAÚDE.
CNPJ 83.367.342/0002-52
- CURTUME BRAGANÇA LTDA.
CNPJ 63.880.884/0001-36
- FENIX CURTIDORA LTDA
CNPJ 04.368.467/0001-40
- DISTRIBUIDORA MAFARMA LTDA.
CNPJ 83.337.543/0001-26

- AGAPÊ PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ 00.663.256/0001-70
- ÁGUA DE CÔCO DA AMAZÔNIA LTDA.
CNPJ 83.914.598/0001-51
- ESPLANADA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA.
CNPJ 34.599.837/0002-00
- FÁBRICA CORDEIRO LTDA.
CNPJ 01.068.822/0001-77
- MAGMA TECNOLOGIA QUÍMICA LTDA.
CNPJ 03.168.581/0001-63
- PARQUÍMICA INDÚSTRIAS LTDA.
CNPJ 07.933.336/0001-56
- ALBRAS ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A
CNPJ 05.053.020/0003-06
- ALUBAR METAIS S.A.
CNPJ 83.673.756/0001-29
- ALUNORTE – ALUMINA NORTE DO BRASIL.
CNPJ 05.848.387/0003-16
- IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. (MATRIZ E FILIAL)
CNPJ 16.532.798/0001-52 - 16.532.798/0003-14
- CERPA CERVEJARIA PARAENSE S.A.
CNPJ 04.894.085/0001-50
- RANIERO MAROJA PATOLOGIA CLÍNICA S/C LTDA.
CNPJ 04.935.607/0001-14
- ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S.A.
CNPJ 38.059.846/0038-61
- CASA GRANADO LAB. FARMÁCIAS E DROGARIAS S.A.
CNPJ 33.109.356/0001-17
- FÁBRICA SANTA MARIA ÓLEOS E SABÃO LTDA.
CNPJ 04.894.184/0001-31
- FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.
CNPJ 05.572.870/0001-59

- INDAIA BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA.
CNPJ 00.048.785/0045-93

9 - EMPRESAS NOTIFICADAS:

- REFRIGERANTES GAROTO IND. COM.S.A.
CNPJ 04.922.415/0001-73

- MASO INDUSTRIAL.
CNPJ 15.254.139/0001-39

- ESTAÇÃO ROSSIO COMERCIAL LTDA.
CNPJ 03.131.970/0001-14

- BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA DO PARÁ.
CNPJ 04.928.479/0001-81

- DISTRIBUIDORA MAFARMA LTDA
CNPJ 83.337.543/0001-26

- ASSOC. ADV. N. BRAS. DE PREV. E ASSIST. SAÚDE.
CNPJ 83.367.342/0002-52

- FENIX CURTIDORA LTDA
CNPJ 04.368.467/0001-40

- RANIERO MAROJA PATOLOGIA CLÍNICA S/C LTDA.
CNPJ 04.935.607/0001-14

- ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S.A.
CNPJ 38.059.846/0038-61

- AMAZON CATFISH LTDA.
CNPJ 04.406.117/0001-05

- FUND. DE APOIO A PESQ. E AO DESENVOLV. AGROPECUÁRIO E FLORESTAL
DA AMAZÔNIA.
CNPJ 03.567.986/0001-74

- PARQUÍMICA INDÚSTRIAS LTDA.
CNPJ 07.933.336/0001-56

- ALBRAS ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A
CNPJ 05.053.020/0003-06

- ALUBAR METAIS S.A.

- CNPJ 83.673.756/0001-29
- ALUNORTE – ALUMINA NORTE DO BRASIL.
CNPJ 05.848.387/0003-16

- IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. (MATRIZ E FILIAL)
CNPJ 16.532.798/0001-52 - 16.532.798/0003-14

- CERPA CERVEJARIA PARAENSE S.A.
CNPJ 04.894.085/0001-50

10 - PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS: (OP. SEIS FRONTEIRAS VIII)

- PARQUÍMICA INDÚSTRIAS LTDA.
CNPJ 07.933.336/0001-56

- 2.000 litros de AMÔNIA (líquida), 600 sacos de 25 kg de CARBONATO DE SÓDIO.

11- PRODUTOS RESTITUÍDOS:

- PARQUÍMICA INDÚSTRIAS LTDA.
CNPJ 07.933.336/0001-56

- 2.000 litros de AMÔNIA (líquida), 600 sacos de 25 kg de CARBONATO DE SÓDIO.

11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos mais um ano, o fazemos com a certeza do dever cumprido, muito embora sem atingirmos o apogeu que gostaríamos de ter conseguido, juntamente com todos aqueles que se compeliram em prol de um trabalho de tamanha competência, o que certamente culminaria em atingir plenamente a pretensão do projeto de controle e fiscalização de produtos químicos.

Não há como desvincular a gestão deste Setor de Controle de Produtos Químicos, dos ensinamentos básicos da administração moderna, o que significa trabalhar sempre no planejamento de todas as atividades, simplificando e criando novas idéias, sempre com a previsibilidade, o que certamente implica em tempo livre para desenvolvermos questões mais importantes.

O controle interno tem sido um marco primordial dentro das atividades executadas por este setor, e deverão assim continuar para que possamos contribuir de forma crucial na conduta de bem atender o público alvo, o qual nos retribui com as informações necessárias a geração de relatórios.

Temos por persuasão que o controle interno é de relevante importância sob o prisma operacional, sendo responsável pelas demonstrações contábeis apresentadas ao final de cada período mensal e ao término de cada exercício.

Mirando na capacidade de resposta à demanda dos serviços e a integração do sistema de controle ao sistema geral de informações, permitindo um julgamento com precisão, eficiência e a eficácia da gestão, não poderemos mais abstrair da presença constante de um gestor nas dependências de atendimento aos interessados, bem como da autonomia deste para optar e desenvolver os sistemas.

Em momento algum, iremos enfraquecer, principalmente agora que conjecturamos como alvissareiras as perspectivas do novo período, e também virão novas propostas ao encontro dos anseios deste Setor de Controle de Produtos Químicos.

Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

- No mês de junho/06, a DELEPAT, em conjunto com a DRCOR e NIP/PC/PA, estourou a Operação CASERNA, com a apreensão de 04 escopetas cal.12, 01 fuzil cal. 762, 02 revólveres cal. 38 – munições diversos calibres – 762, 380, 38 e 12, culminou com a prisão de 05 pessoas.
- No mês de setembro, foi feita a escolta do preso BENEDITO FERREIRA DA SILVA, até Brasília/DSF, preso em Marabá/PA, na Operação Toupeira, coordenada pela DPAT/DCOR/DPF, chegando em Brasília a equipe da DELEPAT/PA, participou do interrogatório do preso.
- Ainda no mês de setembro, participação do chefe da DELEPAT/PA, Em reunião que tratou de assuntos relacionados à continuidade da operação Toupeira – “ Fase III”, coordenada pela DPAT/DCOR.
- A equipe da DELEPAT/PA, após levantamentos do analista de inteligência, conseguiu abortar ROUBO, que seria realizado no município de Castanhal/PA, por assaltantes de alta periculosidade, sendo preso na ocasião os fugitivos do Sistema Penitenciário: ROBERTO CÉSAR SILVA LOBATO, OSVALDO FARIA JÚNIOR e MARCELO DE ANDRADE SANTANA. Todos os presos tinham condenação judiciais por Roubo Qualificado (latrocínio) e/ou Homicídio, de forma que todos foram identificados com a devida alimentação do “AFIS”.

5. Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

Estatística de Inqueritos Movimentados

ORGAO INIC.INTERNA INIC.EXTERNA PORTARIA FLAGRANTE

SR/DPF/PA	152	964	1.050	66					
SEQ COMP. R.J.APR.	INST.	ANDAM.	RELAT.	R.P.BX	R.C.CP	B.N.PZ	B.C.A.C	C.R.P.PZ	
1 DELEFAZ	627	1.449	160	519	23	733	69	32	21
2 DRE	44	27	38	9	0	6	1	0	2
3 DELINST	117	284	55	128	5	111	14	4	1
4 DELEPREV	320	460	164	178	48	200	34	14	6
5 DELEMIG	8	46	24	13	4	19	11	3	0
TOTAL	1.116	2.266	441	847	80	1.069	129	53	30

ABREVIATURAS:

INST. - INQUERITOS INSTAURADOS.
 ANDAM. - INQUERITOS EM ANDAMENTO.
 RELAT. - INQUERITOS RELATADOS.
 R.P.BX. - INQUERITOS REMETIDOS COM PEDIDO DE BAIXA.
 R.C.CP. - INQUERITOS REMETIDOS COM COTA CUMPRIDA.
 B.N.PZ. - INQUERITOS BAIXADOS COM NOVO PRAZO.
 B.C.A.C. - INQUERITOS BAIXADOS COM COTA A CUMPRIR.
 C.R.P.N.PZ. - INQUERITOS COM COTA REMETIDA COM PEDIDO DE NOVO PRAZO.
 R. J.APR. - INQUERITOS REMETIDOS PARA JUSTICA PARA APRECIACAO.

Delegacia de Polícia Federal em Redenção:

GABINETE

- Ofícios expedidos: 500.
- Memorandos expedidos: 51.
- Guias de Malote: 85

NUCLEO DE OPERAÇÕES

- Ofícios expedidos: 45.
- Memorandos expedidos: 199.
- Fax Transmitidos: 178.
- OMPs expedidas: 188.

CARTÓRIO

- Ofícios expedidos: 871.
- Memorandos expedidos: 167.
- IPLs instaurados por portaria: 94.
- IPLs instaurados por flagrante: 04.
- IPLs relatados: 47.
- IPLs em tramitação: 201.
- Certidões de Antecedentes expedidas: 188.
- Cartas precatórias cumpridas: 10.
- Cartas precatórias em tramitação: 11.
- TCOs instaurados: 04.

PASSAPORTE

- Passaportes emitidos: 785.

5ª COMISSÃO DE VISTORIA

- Ofícios expedidos: 44.
- Pareceres: 17.
- Autos de Constatação e Notificação: 06.
- Notificações: 14.

Delegacia de Polícia Federal em Santarém:

1º) Setor Operacional e Secretaria:

a) Documentos protocolados.....	1.473
b) Ofícios expedidos.....	123 (SO) e 142 (SEC.)
c) Memorandos expedidos.....	98 (SO) e 318 (SEC,)
d) Fax expedidos.....	111
e) Guias de malotes expedidas.....	101
f) Ordem de serviços administrativos.....	35 (SO) e 28 (SEC)
g) Ordens de missão policial.....	112
h) Despachos expedidos.....	35

Pessoal: 04 DPF's, 18 APF's, 05 EPF's, 15 ADM's

2º) COMISSÃO DE VISTORIA:

a) Ofícios expedidos.....	57
b) Notificações.....	33
c) Memorandos expedidos.....	15

d) Auto de Constatação de Infração.....	00
e) Pareceres emitidos.....	48
f) Portarias de Aprovação de Plano de Segurança expedidas.....	60
g) Multas aplicadas.....	00
h) Valor arrecadado.....	R\$ 55.095,57

3º) NUMIG/DPF/SNM/PA (SPMAF) :

	<u>QUANT.</u>	<u>ARRECADACÃO</u>
a) Ofícios expedidos.....	031	
b) Passaportes expedidos.....	853	R\$ 80.470,16
c) Registros de estrangeiros.....	041	R\$ 1.471,49
d) Termos de notificação.....	019	
e) Multas recolhidas	019	R\$ 5.240,74
f) Prorrogação Prazo de turistas.....	078	R\$ 1.081,92
g) Prorrogação de temporários.....	005	R\$ 110,40
h) Identificações solicitadas.....	00	
i) Pedido de permanência.....	10	R\$ 538,40
j) Pedido de naturalização.....	00	
k) Despachos expedidos.....	093	
l) Memorandos expedidos.....	019	
m) Autos de Infração.....	017	
n) Embarcações Vistoriadas.....	130	R\$ 69.166,50
<u>o) Cart. De Estrangeiro requeridas.....</u>	<u>088</u>	<u>R\$ 6.073,76</u>
Total arrecadado.....		R\$ 164.153,37

4º) SETOR DE CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICO (SCPQ/DPF/SNM/PA)

a) Ofícios expedidos.....	45
b) Empresas fiscalizadas.....	03
c) Empresas transportadoras fiscalizadas.....	00
d) Memorandos Expedidos.....	07

e) Multas Aplicadas.....	00
f) Requerimentos Registro Cadastral.....	03
g) Requerimento de Licença de Funcionamento.....	03
h) Mapas Mensais Enviados.....	32
i) Notificações.....	01
j) Emissão de Registro Cadastral.....	06
l) Emissão de Licença de Funcionamento.....	08

5º) CARTÓRIO

a) IPL's instaurados por portaria.....	141
b) IPL's instaurados em flagrantes.....	35
c) IPL's relatados.....	167
d) IPL's em tramitação.....	465
e) Cumprimentos de cotas em IPL's.....	29
f) Ofícios expedidos.....	2.403
g) Memorandos expedidos.....	489
h) Certidões de antecedentes.....	2.198
i) Cartas precatórias cumpridas.....	11
j) TCO's instaurados.....	33

6º) DROGAS APREENDIDAS:

Pasta Base = 25,95 Kg

Cocaína = 239,969 Kg

Total de drogas apreendidas..... = 265,919 Kg

7º) ARMAS APREENDIDAS:

a) Espingardas, escopetas e carabinas.....	05
--	----

- b) Rifles..... 00
- c) Pistolas..... .00
- d) Revólveres..... 00
- e) Armas de fabricação caseira..... .00

8º) Combustível:

- a) Gasolina.....
- b) Diesel
- c) kilometragem.....63.792 Kms

Delegacia de Polícia Federal em Marabá:

Foram realizadas 17 prisões, cumpridos 21 mandados de busca e apreensão e foram realizados 19 operações de transporte de presos;

Foram instaurados 155 (cento e cinquenta e cinco) IPLs, relatados 46 (quarenta e seis) IPLs e atualmente a delegacia está com 535 (quinhentos e trinta e cinco) inquéritos instaurados.

Foram emitidos 1261 (mil duzentos e sessenta e um) passaportes.

DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-NTI:

Atividades desenvolvidas pelo Núcleo da Tecnologia da Informação no corrente exercício:

- Ações preventivas e corretivas de segurança contra invasão e vírus na rede
- Projetos elétricos e lógicos de novas instalações de unidade da DPF na capital e delegacias do interior.
- Controle de ligações telefônicas para análise de performance e custo, tanto da SRA/PA quanto das descentralizadas
- Serviços de backup programado ou não
- Serviço de recuperação de dados e cópia de dados em HD's apreendidos em
- Cadastramento dos usuários da rede
- Cadastramento dos usuários do CTI
- Suporte aos usuários do CTI
- Suporte aos usuários de email
- Suporte aos usuários de rede
- Suporte tecnológico a operação do telecentro em nível de hardware e software
- Montagem e manutenção de computadores
- Montagem e manutenção de redes
- Montagem e instalação de antenas, equipamentos e sistemas de radiocomunicação em geral
- Manutenção básica de sistemas de telecomunicações
- Manutenção e Suporte a impressoras
- Administração diária em termos gerais, inclusive fora do horário de expediente
- Instalação de Sistemas Operacionais e Aplicativos
- Desenvolvimento de sistemas aplicativos
- Gerenciamento de contratos mediante o acompanhamento das contas telefônicas mensalmente e da tarifação da central telefônica local.
- Instalação de sistemas conveniados e suporte ao usuário
- Acompanhamento, monitoramento e manutenção da rede em operação permanente
- Prover especificações, dar parecer técnico e acompanhar as compras de matérias e equipamentos de informática e telecomunicações
- Administrar a operação e manutenção de centrais telefônicas e equipamentos correlatos em toda a área de abrangência da SR/PA
- Suporte tecnológico ao nível de software a toda à ampla gama de serviços administrativos e operações policiais na esfera da SR/PA
- Suporte tecnológico ao nível de hardware a toda à ampla gama de serviços administrativos e operações policiais na esfera da SR/PA
- Ações preventivas e corretivas de segurança contra invasão e vírus na rede
- Projetos elétricos e lógicos de novas instalações de unidade da DPF na capital e delegacias do interior
- Controle de ligações telefônicas para análise de performance e custo, tanto da SRA/PA quanto das descentralizadas
- Serviços de backup programado ou não

- Serviço de recuperação de dados e cópia de dados em HD's apreendidos em operações

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL-SELOG

O trabalho executado pelo Setor de Administração e Logística Policial, engloba todo o Gerenciamento, Controle e Planejamento das áreas de Finanças, Contratos, Transporte, Almoarifado, Patrimonial e Relações Administrativas da SR/PA, bem como das descentralizadas.

PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO

PROVISÕES RECEBIDAS				
APLICAÇÃO	GESTÃO EMITENTE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS PEDIDOS P.M.A.	RECURSOS RECEBIDOS
Serv. Terc. Pess. Jurídica	200386/00001	335039		167.240,71
	200386/00001	335039		16.754,64
SUB-TOTAL				183.995,35
Diárias Pessoal Civil	200386/00001	339014		332.203,41
	200386/00001	339014		334.456,54
	200387/00001	339014		49.021,22
	200387/00001	339014		2.552,23
	200387/00001	339014		42.611,25
	200387/00001	339014		49.855,74
	200387/00001	339014		1.691.961,65
SUB-TOTAL				2.502.662,04
Material de Consumo em Geral	200386/00001	339030	600.000,00	459.877,30
	200386/00001	339030		386.524,69
	200387/00001	339030		15.000,00
	200387/00001	339030		42.372,44
	200387/00001	339030		14.994,22
SUB-TOTAL				918.768,65

PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO - Continuação

PROVISÕES RECEBIDAS				
APLICAÇÃO	GESTÃO EMITENTE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS PEDIDOS P.M.A.	RECURSOS RECEBIDOS
Auxilio Funeral	200386/0001	319008		9.643,89
	200386/0001	319008		14.841,12
Passagens e Desp. com Locomoção	200386/00001	339033		842.545,04
	200386/00001	339033		86.655,00
	200387/00001	339033		12.889,57
	200387/00001	339033		5.200,00
	SUB-TOTAL			971.774,62
Outros Serv. Terceiros Pessoa Física	200386/00001	339036		40.635,00
	200386/00001	339036		2.415,03
	200387/00001	339036		5.000,00
	200387/00001	339036		5.582,00
	200387/00001	339036		17.000,00
	SUB-TOTAL			70.632,03
Locação, Mão-de-Obra/Contrato	200386/00001	339037		1.090.173,98
	200386/00001	339037		201.454,39
	SUB-TOTAL			1.291.628,37
Serviço Terc. Pessoa Jurídica	200386/00001	339039		1.535.510,84
	200386/00001	339039		123.670,20
	200386/00001	339139		7.000,00
	200387/00001	339139		400,00
	200387/00001	339039		3.213,60
	200387/00001	339039		10.000,00
	200387/00001	339039		22.288,39
	200387/00001	339039		12.000,00
Recolhimento INSS	200386/00001	339047		692,57
	200387/00001	339047		2.102,39
	SUB-TOTAL			1.716.877,99
Despesas Ex. Anteriores	200386/00001	339092		30.768,19
	200387/00001	339092		2.532,44
	SUB-TOTAL			33.300,63
Indenizações e Restituições	200386/00001	339093		142.672,45
	SUB-TOTAL			142.672,45

PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO - Continuação

PROVISÕES RECEBIDAS				
APLICAÇÃO	GESTÃO EMITENTE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS PEDIDOS P.M.A.	RECURSOS RECEBIDOS
Obras/Execução	200386/0001	449051	11.960.000,00	-
Equip. e Material Permanente	200386/00001	449052		-
	200387/00001	449052	2.470.000,00	11.942,75
SUB-TOTAL				11.942,75
TOTAL GERAL				7.844.254,98
TOTAL RECURSOS P.M.A.			15.030.000,00	
RECURSO ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO				7.844.254,98
RECURSO FINANCEIRO RECEBIDO				7.382.047,74
SUPERAVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO				462.207,24

PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS EM 2006

Nº.	MODALIDADE DE	TIPO	Nº PROCESSO	OBJETO	OBSERVAÇÃO
001	Pregão 001/2006	Menor Preço Global.	08360.005498/2006-13	Contratação de Ditadores	CANCELADO
002	Pregão 002/2006	Menor Preço no Serviço e Maior Desconto nas Peças	08360.004314/2006-06	Serviço de Manutenção de Viaturas	CONCLUIDO
003	Pregão 003/2006	Menor Preço Global	08360.013351/2006-05	Serviço de Manutenção Predial.	CONCLUIDO
004	Pregão 004/2006	Menor Preço Global	08360.	Fornecimento de Alimentação para Custodiados	ANDAMENTO
005	Pregão 005/2006	Maior Desconto Global	08360.019697/2006-17	Aquisição de Passagens Rodoviárias, Fluviais, Aéreas Nacionais e Internacionais	CONCLUIDO
006	Pregão 006/2006	Menor Preço Global		Aquisição de Pneus	CANCELADO

007	Pregão 007/2006	Menor Preço Global	08360.020788/2006- 97	Aquisição de Combustível e Lubrificante para a DPF-Altamira.	ANDAMENTO
008	Pregão 008/2006	Menor Preço Global	08360.020789/2006- 31	Aquisição de Combustível e Lubrificante para a DPF-Santarém.	ANDAMENTO
009	Pregão 009/2006	Menor Preço Global	08360.020787/2006- 42	Aquisição de Combustível e Lubrificante para a DPF-Marabá.	ANDAMENTO
010	Pregão 010/2006	Menor Preço Global	08360.021267/2006- 57	Aquisição de Combustível e Lubrificante para a DPF-Redenção.	ANDAMENTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ANO 2006

DISPENSA DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE
	145

MATERIAIS PERMANENTES INCORPORADOS NO ACERVO DESTA SR/DPF/PA ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIAS, DOAÇÕES, CESSÕES, NOTA DE EMPENHO, MEMORANDO, OFÍCIO

INCORPORAÇÃO POR	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R\$
TRANSFERÊNCIA	329	1.032.114,87
DOAÇÃO	-	-
CESSÃO	-	-
NOTA DE EMPENHO	18	12.876,75
ATO DECLARATÓRIO	-	-
MEMORANDO	55	7.092,02
OFÍCIO	2	2,00
TOTAL GERAL	404	1.052.085,64

BENS MÓVEIS BAIXADOS ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIAS, CESSÃO, DOAÇÃO, INUTILIZAÇÃO

BAIXAS POR	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R\$
TRANSFERÊNCIAS	6	155.616,36
CESSÃO	6	147.425,42
DOAÇÃO	1	7.957,59
INUTILIZAÇÃO	-	-
TOTAL GERAL	13	310.999,37

MATERIAIS DE CONSUMO INCORPORADOS NO ESTOQUE DO ALMOXARIFADO DESTA SR/DPF/PA ATRAVÉS DE GUIA TRANSFERÊNCIA,DOAÇÃO,CESSÃO,NOTA EMPENHO,ATO DECLARATÓRIO,MEMORANDO,OFÍCIO.

INCORPORAÇÃO POR	QTD. NOTA DE ENTRADA	VALOR TOTAL R\$
GUIA TRASFERÊNCIA	2	25.479,98
DOAÇÃO	-	-
CESSÃO	-	-
NOTA DE EMPENHO	190	603.770,81
ATO DECLARATÓRIO	-	-
MEMORANDO	-	-
OFÍCIO	-	-
TOTAL GERAL	192	629.250,79

MATERIAIS DE CONSUMO BAIXADOS ATRAVÉS DE GUIAS DE REMESSAS DO ESTOQUE DO ALMOXARIFADO DESTA SR/DPF/PA

BAIXAS POR	QUANTIDADE GUIAS	VALOR TOTAL R\$
GUIA DE REMESSA	570	647.326,95
TOTAL GERAL	570	647.326,95

DEMONSTRATIVO DAS MOVIMENTAÇÕES DO PROTOCOLO

Nome do Demonstrativo	Recebido	Expedido
1. Documentos protocolizados	19.835	21.352
2. Demonstrativo de Malotes:	Expedidos	Recebidos
- DPF.B/MARABÁ	83	91
- DPF.B/REDENÇÃO	81	84
- DPF.B/SANTARÉM	85	101
- DPF.B/ALTAMIRA	92	82
- SEDE/BRASÍLIA	123	151
TOTAL Item 2.	464	509

Belém-PA, 15 de março de 2007

José Ferreira Sales
Superintendente Regional